



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

BRUNA CAROLINA KRAUSPENHAR

**“GAROTA BONITA”:
AS REPRESENTAÇÕES SOBRE BELEZA E FEMINILIDADE NA IMPRENSA
CHAPECOENSE**

**CHAPECÓ
2020**

BRUNA CAROLINA KRAUSPENHAR

**“GAROTA BONITA”:
AS REPRESENTAÇÕES SOBRE BELEZA E FEMINILIDADE NA IMPRENSA
CHAPECOENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Orientadora: Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto
Coorientadora: Prof. Dra. Soraia Carolina de Mello

CHAPECÓ

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Krauspenhar, Bruna Carolina
GAROTA BONITA: as representações sobre beleza e
feminilidade na imprensa chapecoense / Bruna Carolina
Krauspenhar. -- 2020.
82 f.:il.

: Dra Samira Peruchi Moretto
Co-orientadora: Dra Soraia Carolina de Mello
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2020.

1. Gênero. 2. História das mulheres. 3. Chapecó. 4.
Imprensa. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II. Mello,
Soraia Carolina de, co-orient. III. Universidade Federal
da Fronteira Sul. IV. Título.

BRUNA CAROLINA KRAUSPENHAR

“GAROTA BONITA”:

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE BELEZA E FEMINILIDADE NA IMPRENSA
CHAPECOENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 21/12/2020.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Samira Peruchi Moretto - UFFS (orientadora)



Dra. Soraia Carolina de Mello - UFSC (coorientadora)



Dra. Fernanda Arno - UFSC



Dr. Claiton Marcio da Silva - UFFS

[...]

E só,

só ela, a mulher,

alisou as rugas dos dias

e sapiente adivinhou:

não, o tempo não fugiu entre os dedos,

ele se guardou de uma mulher a outra...

E só,

Não mais só,

recolheu o só

a outra, da outra, da outra...

fazendo solidificar uma rede

de infinitas jovens linhas

cosidas por mãos ancestrais

-e rejubilou-se com o tempo

guardando no templo

de seu eternizado corpo.

Conceição Evaristo

À Maria Luci Witkowski (*in memoriam*),

minha avó.

AGRADECIMENTOS

Surpreendentemente, esta foi a parte que mais demorei a iniciar a elaboração. A página em branco e a tarefa de agradecer pessoas tão queridas em um curto texto, fizeram ressurgir lembranças de todo o processo de graduação. O pensamento voava longe, enquanto a página continuava em branco (mal de quem pensa demais e faz de menos...).

As primeiras pessoas a quem devo agradecimentos (e muito mais) são meus pais, que forneceram todo o apoio necessário para que eu concluísse a graduação em História. À minha mãe, Elisângela Witkowski Krauspenhar, joga toda a culpa por ter me apaixonado pela profissão e querer me tornar professora. Ao meu pai, Delmar Krauspenhar, agradeço o incentivo à leitura e o apreço pela argumentação. A preocupação com a minha formação vem desde que vim ao mundo, e sei que não foi fácil proporcionar sempre o melhor possível durante todos esses anos. O que mais tenho a agradecer nesse processo de conclusão do curso, é a teimosia de vocês em lidar com minha teimosia. Todas as vezes que pediram “agora já deu, agora acabou isso aí, né?!”, mais ansiosos que eu pelo fim do processo, sempre ri e tentei explicar que iria demorar, mas era muito bom parar o ritmo frenético que acabamos entrando de leituras e escrita, e dar um tempo “disso aí”, porque os meus estavam me esperando fora do *notebook*. Agradeço por estarem sempre ali por mim.

À minha irmã, Júlia Eduarda Krauspenhar, meus agradecimentos. Por todos os conselhos, por incentivar minha vida acadêmica, por ser minha força em períodos que eu não a tinha, por me motivar a pesquisar o que eu sempre quis, as relações de gênero. Ao meu irmão Felipe, sempre descontraindo a tensão, agradeço por colocar fé em mim. Vocês foram essenciais para que eu não perdesse a cabeça durante os anos de graduação, aprendo muito com vocês, obrigada por significarem tanto.

À minha avó, Maria Luci Witkowski (*in memoriam*), pelas conversas que tivemos, pela sua experiência, pela sua sabedoria e sua força. As mulheres que vieram antes de mim são vozes que ecoam e gritam para que eu voe, para que eu não percorra mais os velhos caminhos. Ao lembrar da “vó”, agradeço a oportunidade de estudar em uma universidade e ocupar espaços, infelizmente nem sempre foi possível às mulheres.

Agradeço às minhas amigas, em especial Daniela, Laura, Márcia, Maria, Thayná e Viviane, por ouvirem sobre este trabalho, sobre minhas descobertas no mundo das teorias de gênero, e as ambições profissionais. Sou muito grata por me incentivarem, pelas nossas discussões e tenho muito orgulho em saber que estou rodeada de feministas.

Aos professores e às professoras que contribuíram para minha formação como historiadora e professora de história, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Também agradeço aos educadores e educadoras que me acompanharam antes do ingresso na graduação, as discussões fomentadas em sala de aula desde o ensino fundamental contribuíram para formar meu pensamento crítico, para que criasse gosto por questionar as coisas como estavam dadas.

Sou grata à minha orientadora Samira Peruchi Moretto, que não orientou apenas esta monografia, mas todo meu processo de graduação. Não cabe no papel todo apoio que recebi desde meu ingresso na UFFS, as vezes que ela precisou me puxar de volta ao caminho acadêmico e por toda paciência comigo. A Samira gosta de ver os alunos voar, e por isso faz a gente se mexer, essa característica dela contribuiu muito para minha formação. Devo meu lado que gosta de revirar arquivos, ir atrás de fontes, buscas respostas para perguntas, à ela.

À minha coorientadora, Soraia Carolina de Mello, agradeço a disponibilidade em auxiliar o desenvolvimento da pesquisa, ao convite para participar do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), o que foi uma experiência única para mim. Mas principalmente, tenho a agradecer por ser uma inspiração, lembro de sair de uma palestra ministrada por ela na UFFS decidida que eram as relações de gênero o que eu queria pesquisar.

Foram muitos apoios, diretos e indiretos, o que faz com que este trabalho e a conclusão do curso de graduação em História sejam resultado de um esforço individual, mas que só foi possível com ajudas dos mais variados tipos, como a correção do texto e indicações de leituras pelas orientadoras, o apoio emocional e financeiro da família, os momentos de descontração no grupo de teatro, as conversas sobre feminismos entre as amigas. Agradeço, por fim, a todos os encontros que a vida me proporcionou.

RESUMO

Este trabalho discute as prescrições de gênero representadas na imprensa, evidenciando os ideais de beleza e feminilidade como construção social. O objeto de análise foi a coluna intitulada **Garota Bonita**, publicada no jornal **A voz de Chapecó** durante o ano de 1946, no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. O discurso presente no jornal durante o ano de 1946 serviu para compreender a construção e representação da identidade de gênero no município, implicada pelos ideais de beleza e feminilidade, percebendo os frequentes anúncios de concursos de beleza, os conselhos médicos, as ausências nos discursos textuais políticos e, principalmente, o conteúdo da coluna **Garota Bonita**, que difundia modelos de comportamento às mulheres, aconselhando sobre o casamento, a vida doméstica e etiqueta social. As publicações da historiadora Tânia Regina de Luca auxiliaram para o desenvolvimento metodológico desta pesquisa, no trato com as fontes jornalísticas. Para fundamentar a investigação, utilizou-se o conceito de gênero enquanto categoria de análise histórica, assim como fundamentos da história das mulheres. Constatou-se no discurso analisado ideais de feminilidade que associavam beleza ao trabalho doméstico. A investigação permitiu perceber as mudanças nas formas de sentir, tornando o amor cada vez mais idealizado e com isso, prescrevendo comportamentos para caber nesses ideais românticos. Todas essas prescrições de identidade de gênero encontraram resistências, pois entende-se que a coluna **Garota Bonita** existiu por não haver consenso social sobre o lugar da mulher na sociedade, ao ponto que Eugênio manifestou descontentamento com mulheres que lutavam por igualdade de direitos.

Palavras-chave: Gênero. História das Mulheres. Chapecó. Imprensa. A voz de Chapecó.

ABSTRACT

This monography intends to discuss the gender prescriptions represented in the press, highlighting the ideals of beauty and femininity as a social construction. The object of analysis was the column entitled **Garota Bonita**, published in the newspaper *A voz de Chapecó* during 1946, in the municipality of Chapecó, West of Santa Catarina. The speech present in the newspaper during the year 1946 served to understand the construction and representation of gender identity in the municipality, implied by the ideals of beauty and femininity, perceiving the frequent advertisements of beauty contests, medical advice, absences in textual speeches politicians and, mainly, the content of the column **Garota Bonita**, which disseminated models of behavior to women, advising on marriage, domestic life and social etiquette. The publications of the historian Tânia Regina de Luca contributed to the methodological development of this research, in dealing with journalistic sources. To support the investigation, the concept of gender was used as a category of historical analysis, as well as foundations of women's history. It was found in the analyzed discourse ideals of femininity that associated beauty with domestic work. The investigation made it possible to perceive changes in the ways of feeling, making love increasingly idealized and, with that, prescribing behaviors to fit in these romantic ideals. All these prescriptions of gender identity met with resistance, since it is understood that the column **Garota Bonita** existed because there was no social consensus on the place of women in society, to the point that Eugênio expressed dissatisfaction with women who fought for equal rights.

Keywords: Gender. History of Women. Chapecó. Press. *A voz de Chapecó*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista parcial de Chapecó-SC na década de 1930.....	35
Figura 2 - Página do Jornal A Voz de Chapecó de 1946.....	40

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da divisão do território chapecoense em 1930.....	32
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos pela população.....6

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 CAPÍTULO 1: GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES: duas concepções, várias contribuições	13
2.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES: apontamentos sobre gênero.....	13
2.2 A HISTORICIDADE DO CONCEITO.....	17
3 CAPÍTULO 2: A VOZ DE CHAPECÓ: a voz de quem?	29
3.1 VIOLÊNCIA, TRABALHO, PROGRESSO: Chapecó desde 1917.....	29
3.2 RUMO À MODERNIDADE: UM JORNAL.....	38
4 CAPÍTULO 3: A REPRESENTAÇÃO DOS IDEAIS DE BELEZA E FEMINILIDADE NO JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ	44
4.1 A BELEZA IMPRESSA.....	48
4.2 AMOR E O CONTROLE DOS CORPOS.....	57
4.3 VOZES DISSONANTES.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe-se a analisar como as identidades generificadas, através dos ideais de beleza e feminilidade, foram construídas e representadas em Chapecó, município localizado na região Oeste de Santa Catarina, a partir do discurso presente na imprensa jornalística dos anos 1940. A coluna **Garota Bonita**, escrita por Eugênio Aguilhão, do jornal **A Voz de Chapecó**, circulou durante o ano de 1946 e possuía um forte apelo para difundir modelos de comportamento às mulheres. Foram analisadas 19 colunas, publicadas entre 29 de junho e 10 de novembro, concomitantemente com o conteúdo que compunha o jornal no ano de 1946, o qual era publicado semanalmente. Os exemplares foram disponibilizados pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), localizado em Chapecó, Santa Catarina.

O conteúdo textual do periódico, como os concursos de beleza, as colunas e as ausências, evidenciam a representação da identidade de gênero feminina, havendo um empenho em apresentar o modelo de mulher chapecoense: a mulher inserida nos padrões de beleza do período, à espera do pretendente perfeito para realizar seu maior sonho: o casamento, então casa-se e torna-se a esposa e mãe dedicada, em tempo integral, restrita ao ambiente privado doméstico, em que opera um trabalho gratuito por amor. A análise textual jornalística, considerando o período em questão, possui expressiva importância, visto que, os jornais se constituíam como um importante veículo de informação para as poucas pessoas que eram alfabetizadas no município.

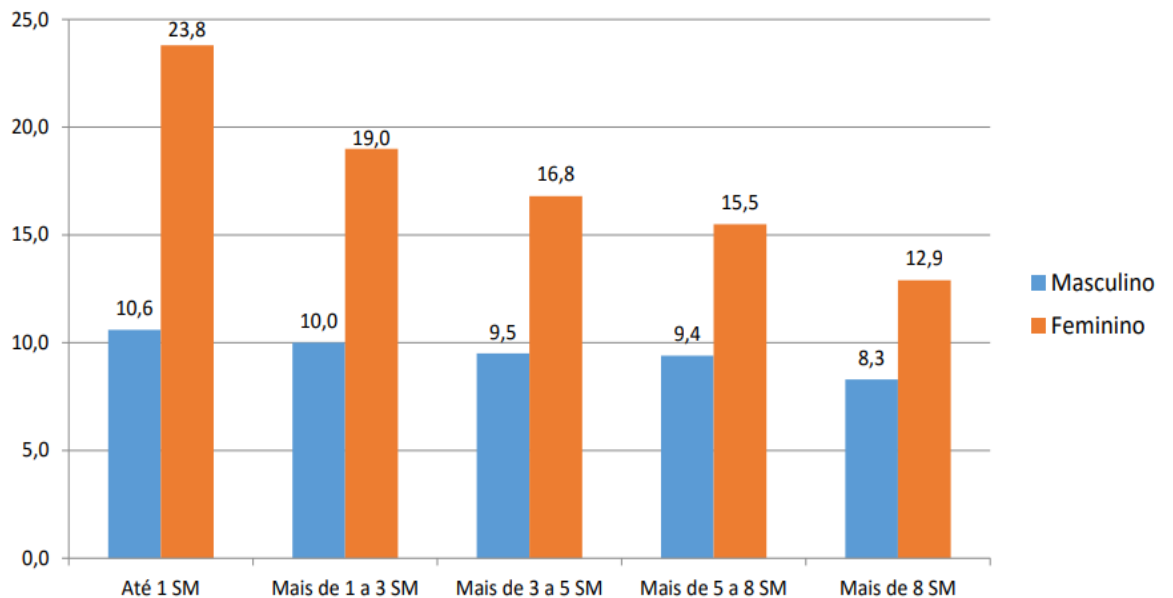
A historiadora brasileira Joana Maria Pedro (2005) pontua que quando os historiadores e historiadoras dedicam-se a pesquisar como “[...] os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as ‘verdades’ sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente”.

Em relação às mulheres, a delegação de funções compreendidas como naturais ao gênero feminino, parte do ideal de feminilidade que se construiu no passado. As lutas feministas, os estudos de gênero, diversas mulheres ao longo da história, constantemente questionaram e continuam questionando o *status quo*, conseguindo avanços na condição feminina. Entretanto, são percebidas permanências, como por exemplo, em relação à responsabilização das mulheres pelas funções domésticas na atualidade.

Em relação às permanências, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em 2017 uma compilação de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De acordo com o Gráfico 01, os dados revelam que as mulheres continuam

desprendendo a maior parte de suas horas fora do ambiente de trabalho, com o trabalho doméstico não remunerado (FONTOURA, et al., 2017).

Gráfico 01 - Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos pela população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e faixa de renda no trabalho principal no Brasil, 2015



Fonte: Pnad/ IBGE. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

O gráfico apresenta que a média de horas ocupadas por semana em serviços domésticos, é inversamente proporcional à classe social a qual as mulheres pertencem, sendo que quanto menor o salário do trabalho principal, maior a média de horas gastas por semana com o trabalho doméstico não pago.

As funções que caracterizam o que se compreende por exercer o papel de mãe, esposa e dona de casa: dedicar-se ao lar, à limpeza do ambiente, ao cuidado com os filhos e com o marido, planejar e elaborar as refeições, lavar as roupas de todos os membros da casa, dentre outras, são compreendidas como atividades naturais às mulheres. Além disso, mesmo após tantos anos no mercado de trabalho, discursos que alegam que o trabalho profissional feminino poderia ter prejuízos em função da maternagem, por exemplo, ainda existem.

Um dos reflexos da permanência desse imaginário, está no discurso do presidente eleito em 2018. Em uma entrevista com a apresentadora Luciana Gimenez, na emissora “RedeTV!”, em 2016, quando era Deputado Federal, Bolsonaro declarou que não contrataria mulheres com o mesmo salário do que os homens: "Eu não empregaria [mulheres e homens] com o mesmo

salário. Mas tem muita mulher que é competente". A polêmica frase surgiu no momento em que o então deputado explicava outra fala controversa sobre o mesmo assunto, em que foi questionado por uma participante do programa “É verdade que o senhor disse que mulher tem que ganhar menos porque engravida?”, para respondê-la, Bolsonaro alegou que em uma entrevista para o jornal Zero Hora, cujo tema era “Por que a mulher ganha menos que o homem?”, o então deputado alega ter estudado o assunto, conversado com empresários, e chegou à conclusão de que estes preferem contratar homens, e quando contratam mulheres, contratam com um salário menor, em função do direito das mulheres à licença-maternidade. Ao ser questionado pela apresentadora sobre sua opinião, o atual Presidente da República proferiu a frase já citada¹.

Os estudos de gênero possuem importância fundamental no contexto atual brasileiro, principalmente ao considerar a importância em apontar a historicidade dos estereótipos de gênero, pois trata-se de uma sociedade que sentiu-se representada por uma figura que compreende que às mulheres cabe a maternidade em primeiro lugar, e isso justifica a desigualdade salarial, como descrito no parágrafo anterior, dentre outros discursos misóginos e machistas. Ao estudar gênero no Brasil, no mínimo, desenvolve-se uma função social de desconstruir discursos naturalizados.

Nessa direção, o trabalho que desenvolve-se nas próximas páginas declara sua importância ao apontar discursos tidos como naturais e frutos do consenso social, percebendo todas as limitações teóricas e metodológicas, principalmente ao considerar o curto recorte temporal, o ano de 1946, mas nestas páginas constam uma pequena contribuição aos estudos de gênero, utilizando o recorte temporal e espacial para compreender o empenho que parte de homens em divulgar ideais de mulher, contribuindo para a naturalização da imagem da **Garota Bonita**, à espera do casamento, “anjo do lar”, restrita ao espaço doméstico, pois mostrar que essas prescrições de feminilidade e beleza foram construídas contribui para o questionamento de visões essencialistas.

O espaço considerado nessa pesquisa localiza-se no Oeste de Santa Catarina, possui certas especificidades, como a colonização no início do século XX e o caráter violento, o que implica nas relações de gênero. O *slogan* do município “Chapecó não pode parar” é resultado da história da colonização da região, em que foi priorizado o ideal de progresso, presente no imaginário dos colonizadores, nos discursos políticos e na branquitude hegemônica, observa-

¹ A entrevista está na íntegra no seguinte *website*: BRASIL, Bolsonaro. **Jair Bolsonaro no Superpop 15/02/2016 - (Completo)**. 2016. (1h02m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=1325&v=AGd2h464Hvo>. Acesso em: 01/11/2019.

se nas fontes que a imagem de trabalhador era por excelência o sujeito branco de origem europeia, em contraponto aos indígenas e caboclos que aqui estavam antes e eram criticados por não ter explorado as riquezas naturais presentes na região.

Além disso, em relação a formação de Chapecó, o mandonismo foi uma característica da formação do município, sendo a violência afirmadora dos ideais de masculinidade, principalmente através do uso de armas. Monica Hass é a mais conhecida estudiosa do episódio do linchamento de 1950, em que essas características ficaram em evidência. Suas contribuições para a história política do município serviram para contextualizar o espaço em que os homens escreviam sobre as mulheres no jornal **A voz de Chapecó**.

Ao propor pesquisar uma análise dos discursos dos jornais, é importante considerar algumas questões: os discursos presentes nos textos não eram inventados por esses redatores do jornal **A voz de Chapecó**, mas estavam a serviço de normas comportamentais europeias, as quais essas elites locais se empenharam em seguir. Em relação aos redatores, eram sempre pessoas influentes no município, a maioria deles envolvidos no principal partido local e na indústria madeireira, geralmente eram advogados e todos eram homens.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu chegar a conclusão em comum à historiadora Joana Maria Pedro (2010), de que os jornais pretendiam influenciar os comportamentos, entretanto, as publicações também eram influenciadas pelas percepções sociais sobre as diferenças entre os sexos em cada contexto.

Foram analisadas 19 colunas intituladas Garota Bonita, assim como o conteúdo do jornal durante o ano de 1946, publicado semanalmente. Foram acessados os exemplares que estavam disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), localizado em Chapecó, Santa Catarina. A intencionalidade na presença (ou ausência) dos jornais no arquivo remete ao desenvolvimento do conceito de documento-monumento por Le Goff, o qual cita Marc Bloch:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer impercrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações [BLOCH, 1942, p. 29-30 apud LE GOFF, 1990, p. 469].

À vista disso, os jornais encontrados no arquivo também possuem uma história a contar, caso sejam feitas as perguntas adequadas a eles. A presença e conservação do jornal **A voz de**

Chapecó deve-se à doação de um antigo morador da cidade, dono da primeira banca do município, o que será mais aprofundado no segundo capítulo.

Compreende-se nesta pesquisa os tempos históricos conforme Koselleck (2019, p. 20), “vários estratos que remetem uns aos outros, mas não dependem completamente uns dos outros”. Logo, o dinamismo da História faz com que uma investigação da década de 1946 não seja desprovida de sentido, nem estática no tempo. Além disso, Marc Bloch (2001) na primeira metade do século XX apresentava a importância das investigações historiográficas partirem do tempo presente, indagações que iniciam esse texto.

Utilizou-se principalmente a História Cultural, visto que a temática deste trabalho consiste em analisar as representações femininas, como os discursos constroem as mulheres, tema caro a área de pesquisa culturalista. Entretanto, talvez o parágrafo anterior tenha deixado implícito que teóricos da História Social fizeram parte do embasamento teórico desta pesquisa também, apesar de não ser pretensão realizar uma história das mentalidades sobre as mulheres, ou algo semelhante.

Compreende-se que as noções de que há uma linearidade de teorias em progresso, as quais devem ser constantemente superadas, custam caro para o desenvolvimento científico nas ciências humanas. As teóricas utilizadas para compreender o conceito de gênero foram principalmente Joan Scott e Joana Maria Pedro, bem como as historiadoras sociais Carla Bassanezi Pinsky e Michelle Perrot. Para discutir além do conceito de gênero, sexo como construção empregou-se Judith Butler e Thomas Laqueur.

Percebeu-se com este trabalho que constantemente as mulheres eram representadas com dualidade: as ruins e as boas, sendo a coluna dedicada à jovens mulheres, em idade para casar-se, percebeu-se que o espaço de experiência feminino representado consistia em manter-se jovem e bela, enquanto o horizonte de expectativa compreende a concretização do amor romântico, o matrimônio, e com isso, a vida de dona de casa.

A relação entre mídia e sociedade ocorre simultaneamente, influenciando e sendo influenciada. Atentando para a complexidade da linguagem, como a capacidade humana de desenvolver símbolos, ao analisar os discursos presentes nos textos dos jornais analisados, a fim de produzir uma história cultural dos fenômenos sociais, utilizou-se o conceito de representação, conforme Chartier (1988, p. 17), o qual a compreende como esquemas intelectuais através dos quais se constrói significados para a realidade, compondo os discursos carregados de intencionalidades.

Essa intencionalidade é perceptível ao percorrer as páginas do periódico, em que nota-se uma preocupação daquela sociedade com o legado que deixariam para a história: “E o que

dirá a mocidade pensante de amanhã quando encontrar uma placa com o nome de um indivíduo que não existe na história ou nela aparecer [...] (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 98, p. 1). Percebe-se que havia uma noção de que seus escritos ficariam para a posterioridade.

A historiadora Tânia Regina de Luca em seu texto “História dos, nos e por meio dos periódicos” fornece ferramentas metodológicas para o uso da imprensa como fonte histórica, traçando a história da lida com essa tipologia de fonte, apresentando trabalhos e fornecendo procedimentos para realizar a crítica às fontes. No terceiro capítulo deste trabalho foi desenvolvida a história do jornal **A voz de Chapecó**, percebendo a materialidade do periódico, sua publicação semanal, a ausência de iconografia no período abordado e a grande quantidade de publicidade, e, principalmente, os idealizadores e redatores que formavam o discurso que compunha suas páginas.

Ao debruçar sobre este jornal, neste período, a historiadora ou historiador encontrará papéis amarelos, por vezes partes ilegíveis. Conforme Tânia Regina de Luca (2010, p. 132), as páginas amareladas trazem parte do processo da história daquele jornal, é importante perceber a materialidade dos impressos e não naturalizar esses aspectos.

Ao realizar o levantamento bibliográfico, a tese de doutoramento da Luciana Klanovicz auxiliou esta pesquisa no que tange pensar a relação entre mídia e sociedade, mas especialmente, contribuiu em suas reflexões sobre o conceito de corpo. O corpo não pára de ser fabricado a todo o momento, ao estudar sobre o corpo é preciso “tornar questionáveis os gestos e as atitudes que ontem e hoje nos parecem familiares ou não. Pois o corpo é, ele próprio, um processo. Resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, ele pertence menos à natureza do que à história” (SANT’ANNA, 1995, p. 12 apud KLANOVICZ, 2008, p. 29).

Além de compreender o corpo como processo, Nucia Alexandra Silva de Oliveira (2001) contribuiu com o desenvolvimento do entendimento da beleza como construção social, historicizando-a. Em sua dissertação, Oliveira pesquisou a relação da representação da beleza feminina e a imprensa, abordando a relação de poder entre imprensa e sociedade.

Neste sentido, também faz-se necessário explicitar como Soraia Carolina de Mello (2019, p. 15) compreende a publicidade. Apesar de criar desejos baseados em um universo fantasioso e mais distante do real, não se distancia tanto do mundo do público-alvo que deseja atingir. Dessa forma, os conteúdos presentes nas fontes jornalísticas analisadas, assemelham-se ao conteúdo publicitário, pois pretendiam vender imagens de mulheres idealizadas, porém, acima de tudo, o impresso precisava ser consumido, ou seja, precisava atingir o público-alvo,

as mulheres. Compreende-se que os textos estavam em interação com as prescrições normativas de cada período.

Este trabalho divide-se em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo deste trabalho dedica-se a relacionar as concepções sobre gênero e história das mulheres, percebendo considerações atuais, críticas entre as/os historiadoras/es que dedicaram-se aos estudos de gênero, empreendendo uma análise da história do pensamento feminista.

Pesquisar o município de Chapecó faz parte do empenho de escrever uma história menos generalista, ao desvendar as relações sociais travadas por sujeitos em um espaço distante dos grandes centros. Scott afirmou que a pesquisa sobre gênero não deve buscar uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado, portanto, não procurar origens únicas, mas atentar para os processos (SCOTT, 1995, p. 86). Talvez, perspectivas locais sobre as relações de gênero possam fornecer, posteriormente, em uma história comparada, uma historiografia atenta aos processos e plural.

Desta forma, o segundo capítulo deste trabalho discute a história da região Oeste de Santa Catarina na primeira metade do século XX, priorizando o município de Chapecó. Entretanto, tratando-se de períodos em que as fronteiras entre os municípios não eram bem definidas, faz-se importante perceber a região como um todo, inclusive porque ela possui uma história e a criação de identidades em comum. No mesmo capítulo, relaciona-se a colonização do município com a fundação do jornal **A voz de Chapecó**, percebendo os ideais de modernidade que atravessaram o empreendimento. Considerando que as publicações do periódico muitas vezes constituíam reflexo de grandes veículos de comunicação das grandes cidades, neste capítulo houve aprofundamento no jornal como objeto de estudo, percebendo as implicações externas que culminaram nos escritos analisados.

O terceiro capítulo deste trabalho promove a análise do discurso sobre as relações de gênero na imprensa jornalística chapecoense, após deter-se na fundamentação teórica, os conhecimentos sobre as identidades regionais e historicizar o periódico **A voz de Chapecó**. Neste capítulo a coluna **Garota Bonita** foi analisada, concluindo o objetivo principal desta pesquisa, analisar as prescrições de gênero, através dos ideais de beleza e feminilidade, na imprensa chapecoense. Além disso, percebeu-se também as influências das formas de sentir nas prescrições de feminilidade, com a idealização da mulher. Neste capítulo as formas de resistência às prescrições normativas de gênero foram identificadas, através do discurso de Eugênio Aguilhão.

A pretensão deste trabalho é discutir a historicidade dos estereótipos de gênero, contrariando percepções essencialistas sobre o feminino, da mulher que nasce com as

habilidades domésticas e de cuidado, assim como da mulher que ama desprender horas em busca de um padrão de beleza inalcançável. Ademais, a história possui teorias e métodos que foram seguidos minuciosamente neste trabalho, e a percepção dos problemas sociais do tempo presente e de uma História dinâmica, que não está morta no passado, não impede um trabalho comprometido com o método.

2) CAPÍTULO - GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES: duas concepções, várias contribuições

Compreende-se nesta pesquisa que gênero dá significado às relações de poder, sendo a forma como as relações sociais foram construindo prescrições a partir das diferenças entre os sexos, na esteira da teoria de Joan Scott (1990), aprofundada ao longo do capítulo.

Entretanto, os debates acadêmicos que envolvem o conceito de gênero foram levantados, visto que, enriquecem o embasamento teórico, auxiliando para um olhar mais crítico às fontes. Há divergências entre culturalistas e historiadores sociais, assim como houveram outras concepções após a publicação de Scott, como de Butler e de Laqueur, ou mesmo as discussões que inserem o conceito de interseccionalidade. Este capítulo propõe-se a discutir brevemente algumas teorias de gênero.

2.1) PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES: apontamentos sobre gênero

Conforme Pedro e Pinsky (2017, p. 119), o conceito de gênero difundiu-se nos últimos anos, saindo do espaço restrito das discussões acadêmicas e conquistado o espaço público, estando hoje na imprensa, na escola, nos discursos políticos, na *internet*. Em relação à difusão de seu uso, ao mesmo tempo em que as redes sociais estão repletas de importantes campanhas contra o abuso sexual, contra os padrões de beleza, a favor do empoderamento feminino (palavra *cool*), a palavra gênero parece assustar os conservadores, camada da sociedade que tem crescido do Brasil. Não é incomum encontrar discursos impetuosos alertando sobre uma possível conspiração dos movimentos feministas e dos movimentos LGBTQI+, cujo objetivo configuram impôr a chamada “ideologia de gênero” às crianças, ensinando-as a não seguir os padrões de gênero e às mulheres a deixar de seguir os ideais de feminilidade, por exemplo.

O medo do termo gênero não é novidade no mundo. Joan Scott (2012) em “Usos e abusos do gênero”, escreveu que pensava que o assunto era algo resolvido, porém voltou a escrever sobre ao observar a polêmica causada por um manual de instruções para estudantes que fariam o exame de bacharelado em Ciências Biológicas, aprovado pelo Ministério da Educação da França. A discussão se referia a uma unidade na qual apresentava casais homossexuais e heterossexuais e questionava o que era ser uma mulher e o que era ser um homem. Políticos católicos, pais e educadores acharam que a unidade deveria ser censurada. Houveram debates profundos acerca do manual, geralmente voltados contra a palavra gênero que aparecia apenas uma vez. Scott (2012) observa que o termo foi disseminado, muito

discutido no período, porém a palavra gênero assumiu diferentes significados e não se tornou um conceito mais claro ao longo do tempo, pelo contrário, foi se tornando mais impreciso.

Dentro do ambiente acadêmico, não há certezas sobre o termo, há debates teóricos, novas concepções, antigas concepções que são úteis para determinadas análises, discussões das mais variadas correntes. A compreensão de gênero mais difundida fora dos muros da universidade é que ele é a construção social do que é ser homem e o que é ser mulher. Que apesar do sexo biológico que apresenta diferenças físicas (o que vem sendo questionado dentro da academia e dos movimentos sociais), as identidades que foram criadas em cima dessas diferenças foram construídas, não são naturais. Outros percebem no gênero uma forma de identificar-se transgênero, já que o sexo definiria o biológico e o gênero estaria aberto para uma fluidez. Entretanto, quando se observa os usos que os movimentos fundamentalistas conservadores têm feito da palavra gênero em geral, são afirmações anti-científicas. Percebendo a efervescência das discussões sobre o conceito na sociedade brasileira atual, esta pesquisa volta-se às teorias de gênero.

Conforme Scott (1995, p. 75), gênero foi utilizado de forma simplificada, apenas como sinônimo de história das mulheres nos títulos de livros, em um momento em que se buscava uma legitimidade acadêmica para os estudos feministas, na década de 1980. Gênero, portanto, não compreende apenas a história das mulheres, e ao mesmo tempo que se utiliza das discussões teóricas sobre o conceito para analisar as fontes históricas nesta pesquisa, também há de se assumir que se faz história das mulheres.

O termo gênero começou a ser utilizado entre as feministas americanas, as quais buscavam rejeitar o determinismo biológico que a palavra *sexo* carregava. Em um momento em que precisavam afirmar que as características socioculturais tidas como femininas e masculinas pela sociedade se constituíam em construções sociais, era preciso um conceito além do sexo, uma vez que, neste período ainda era carregado de determinismo biológico (SCOTT, 1995, p. 72).

Gênero faz referência à gramática, pois, na maioria das línguas, todos os seres são denominados com uma palavra que possui gênero, entretanto, nem todos possuem sexo (seres inanimados, por exemplo, não possuem sexo, mas possuem gênero). Dessa forma, buscando enfatizar que as diferenças baseadas no sexo eram construídas socialmente, “os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra ‘gênero’ no lugar de ‘sexo’ ” (PEDRO, 2005, p. 78).

Joana Maria Pedro (2005, p. 79), historiadora brasileira, separou o movimento feminista em ondas, em seu texto intitulado “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa

histórica”. Entretanto, posteriormente a própria autora, assim como outras pesquisadoras do gênero na atualidade, teceu críticas à separação das ideias do movimento em ondas². Pedro (2011, p. 137), aponta que essa separação não contempla os processos das lutas feministas que ocorriam fora dos países desenvolvidos do hemisfério norte, além de reafirmar os Estados Unidos e as potências europeias como produtores de novas teorias e concepções, que eram espalhadas para as “periferias” intelectuais. Não se faz necessária neste trabalho a periodização das ondas citadas, as quais considera-se excludentes.

Considerando as questões levantadas, conforme Pedro (2005), no final do século XIX, se reivindicava o direito ao voto, à participação política, ao trabalho remunerado, ao acesso às instituições de ensino, à herança. Na década de 1960, as mulheres se juntavam em reuniões em que rejeitavam a presença masculina, visto que, buscavam compartilhar suas experiências pessoais as quais ao longo de seu desenvolvimento as fizeram crescer com impedimentos e repressões em relação aos homens. Dessa forma, nas pesquisas históricas a palavra mulher estava em contraponto ao termo homem, em um sentido que se compreendia que a cultura dominada por homens, havia tornado as mulheres submissas.

Entretanto, essa categoria mulher, não abarcava as reivindicações de todas as mulheres. Afinal, dentro da categoria mulheres, haviam grupos sociais e raciais distintos, que possuíam reivindicações diferentes. Dessa forma, no contexto norte-americano, “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ - dentro da diferença” (PEDRO, 2005, p. 82). Por esse ângulo, é importante enfatizar que a coluna **Garota Bonita** do jornal **A voz de Chapecó** era destinada a um grupo de mulheres específico. Entre os conselhos destinados às mulheres, Eugênio Aguilhão também alertava sobre como as trabalhadoras domésticas poderiam prejudicar o casamento “[...] Cuide-se por todos os lados, e, se tiver empregadas, olho nelas” (AGUILHÃO, 1946, v. 97, p. 2).

Conforme Angela Davis (1981, p. 17-19), em “Mulheres, raça e classe”, as mulheres negras não fizeram parte do empenho para construir a figura das mulheres reservadas ao ambiente privado, pois estas sempre trabalharam fora do espaço doméstico e ocasionalmente poderiam ser mães protetoras, esposas e donas de casa: “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras,

² Publicações da mesma autora que abordam uma crítica à separação do movimento por ondas: PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos** (1970-1978). Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006.
PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (Org.). **Fronteiras de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
Recomenda-se leituras sobre o feminismo pós-colonial: BALLESTRIN, Luciana. **Feminismos Subalternos**. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, v. 25, p. 1035-1054, 2017.

parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 1981, p. 18). A maioria das mulheres negras escravizadas trabalhava nas lavouras³, viviam a opressão por serem negras, a escravidão e mais opressões por serem mulheres, como os abusos sexuais. Em alguns momentos, quando era preciso explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero, mas nas chances de serem exploradas, eram punidas como fêmeas (DAVIS, 1981, p. 19).

Além de não serem o público alvo do conteúdo destinado às mulheres presentes nos periódicos analisados, as mulheres negras também não estavam representadas nos concursos de beleza e nos padrões de beleza e feminilidade que se impunham sobre as mulheres em Chapecó nos anos 1940. A relação corpo e gênero também é percebida onde há tentativas de apagamento, onde os corpos não estão. Enquanto as mulheres brancas eram tratadas como imaculadas, como garotas bonitas: “À você loira, de olhos serenos, cristalinos e azuis, como o azul do mar; de cabelos dourados resplandecentes de luzes maravilhosas, como as do Sol [...]”, as mulheres negras eram representadas de forma sexualizada: “À você morena ardente, de olhos trigueiros; e buliçosos de movimentos ágeis e excitantes, lembrando romances de enrêdos tropicais [...]” (AGUILHÃO, 1946, v. 91, p. 2).

O conceito de interseccionalidade vem sendo bastante utilizado, percebendo as categorias de gênero, raça e classe como interdependentes, não mais categorias separadas. Conforme Hirata (2014, p. 62), o conceito emergiu na década de 1990 com os avanços das discussões do feminismo negro. Uma definição de interseccionalidade que explicita o termo, foi desenvolvida recentemente por Sirma Bilge:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p. 62-63).

A interseccionalidade contribui para esta pesquisa ao identificar de forma mais clara o objeto de estudo. As mulheres que teriam acesso aos jornais neste período, para as quais eram direcionadas as colunas **Garota Bonita** eram as mulheres residentes no perímetro urbano, brancas, de classe média, jovens, cisgênero e heterossexuais. Especificá-las é importante, pois ao mesmo tempo que estas mulheres sofriam com as opressões de gênero, haviam mulheres

³ Davis está se referindo aos Estados Unidos escravista do século XIX. A região Oeste de Santa Catarina carece de pesquisas que analisem a história local sob o viés da interseccionalidade.

indígenas, caboclas, negras, pobres, que sofriam diferentes opressões e não se encaixavam no ideal de mulher que se construía e representava, o qual será analisado neste trabalho. Trata-se de um trabalho sobre a representação das mulheres, mas que não é suficiente para abordar todas as categorias de mulheres residentes em Chapecó no período.

2.2 A HISTORICIDADE DO CONCEITO

Na historiografia, as mulheres estiveram por muito tempo silenciadas. A história positivista, representava a figura feminina de uma forma erotizada, como as amantes de grandes homens, as quais os auxiliavam na tomada de decisões importantes, escondidas por trás dessas decisões. Quando não era dessa forma, tratava sobre as mulheres poderosas que ocuparam algum espaço de poder político (PEDRO, 2005, p. 83 - 84).

As historiadoras e os historiadores dos Annales, com a emergência da história vista de baixo, passaram a preocupar-se com a inclusão dos grupos sociais que até então estavam excluídos das pesquisas históricas, dentre esses grupos, as mulheres e suas reivindicações entraram como objeto de estudo das/dos historiadoras/es dessa geração. Entre as pesquisas da História Social, surgia então a história das mulheres, em que Michelle Perrot contribuiu muito e continua sendo referência. Seu livro *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros* (1988), como o título sugere, vêm na esteira das tentativas de inserir grupos sociais que até então haviam sido excluídos da historiografia. Perrot (1988), trata sobre as mulheres na segunda parte da obra, em que apresenta diferentes visões que foram construídas e escritas sobre a mulher ao longo da história, como a de poder feminino, ideias de uma mulher por trás de grandes dirigentes políticos, que dirige tudo secretamente à sua vontade.

A autora apresenta que a pesquisa feminista estaria buscando a superação do discurso de dominação masculina, procurando mostrar a ação feminina na história, em clara crítica ao que Scott (1995, p. 77), denominou como as teóricas do patriarcado. Estas, dirigiam sua atenção à subordinação das mulheres e à necessidade masculina de dominá-las. Para algumas a dominação se dava através da objetificação sexual, para outras através reprodução. Para Scott (1995, p. 77), os problemas envolvendo essas teorias, são que elas não explicaram como o sistema de relações sociais que causam a desigualdade social funciona, além disso, se baseavam na diferença física entre os corpos como a razão para a dominação masculina, o que torna sua

teoria a-histórica. O gênero teria primazia na organização social, o que apresenta problemas, afinal, não há relações teóricas concretas do gênero com outras formas de opressão.

Perrot (1988), fez essa crítica às teóricas do patriarcado, pois fazia parte de uma nova percepção da história, com uso de fontes mais diversificadas para poder alcançar os novos objetos de estudo: as pessoas comuns. De grande valia para esta pesquisa, Perrot (1988) percebeu que, em relação à atuação das mulheres nos espaços públicos e privados, é preciso observar que as fronteiras entre os dois espaços nem sempre existiram e elas mudam com o tempo. No século XIX havia um espaço político, público com duas exclusões: os operários e as mulheres. Com a declaração dos direitos humanos, essa exclusão das mulheres passou a ser mal vista por alguns, como o intelectual Condorcet, a fim de argumentar contra esses questionamentos empreendeu-se uma exaltação à diferença entre os sexos.

Na França do século XIX, os homens eram associados como detentores da inteligência, seu cérebro destacava-se, enquanto as mulheres eram retratadas como sensíveis, pois seu coração sempre ganhava da razão. Neste século cada sexo possuía sua função, inclusive na divisão do trabalho. As mulheres passam a ser excluídas do espaço público e ficar retraídas no espaço privado familiar, embora no século XVIII a presença feminina nas ruas francesas ainda era ainda muito comum. O que é importante perceber em Michelle Perrot (1988), é como a historiadora apresenta as várias formas de resistências femininas, apesar da opressão a que foram submetidas, ou seja, essa submissão não foi aceita passivamente.

Scott percebeu as necessidades epistemológicas de teorizar gênero enquanto categoria de análise para a disciplina histórica, fazendo um apanhado das teorias utilizadas até então e suas limitações, o que resultou no texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990.

Além da crítica às chamadas “teóricas do patriarcado”, Scott analisou as publicações das feministas marxistas. Estas possuíam uma teoria da história para seguir, entretanto, Scott (1995, p. 78-79), enquanto pós-estruturalista que passa a ser, aponta graves problemas em seus trabalhos, alegando que “a causalidade econômica acaba por se tornar prioritária” e “o patriarcado está sempre se desenvolvendo em função das relações de produção”. Com a concepção teórica que abrange o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam de forma direta as relações de gênero, há uma abertura conceitual. De qualquer forma, o problema que as teóricas marxistas enfrentaram, foi ao contrário das teóricas do patriarcado: gênero muitas vezes era um subproduto das estruturas econômicas, não mais independente (SCOTT, 1995, p. 79).

Na direção dos revisionismos, se faz importante mencionar que a História Social passou por novas contribuições e a história das mulheres não é uma categoria superada. Pelo contrário, pesquisadoras, como Carla Pinsky, escrevem a história das mulheres no Brasil e apresentam grandes contribuições. Em seu artigo denominado “Estudos de Gênero e História Social” (2009), ao questionar-se sobre os baixos números de estudos de gênero no Brasil no momento da publicação, Pinsky (2009) busca argumentar sobre como os estudos de gênero podem contribuir para a História Social. Pinsky (2009, p. 160), observa que os trabalhos sobre a história das mulheres têm em comum a escrita da história inserindo as mulheres e a percepção de que a condição feminina é construída socialmente.

Para Pinsky, muitas das críticas de Scott à história das mulheres não se sustentam (2009, p. 179). Logo no início do texto, a historiadora procura responder à crítica de Scott de que a história das mulheres não teria sido suficiente para mudar as concepções sobre a História. Para a autora, muitos dos trabalhos de história das mulheres contestaram a história geral simplesmente por estarem dedicando-se a pesquisar as mulheres, ao invés dos homens brancos ocidentais, os quais eram o centro das pesquisas até o momento (PINSKY, 2009, p. 160).

A princípio, as pesquisas buscaram focar em inserir as mulheres na história, após esse primeiro momento, passou-se a estudar as relações entre os sexos, visto que se percebeu que essas relações os definem (PINSKY, 2009, p. 161). Além disso, ao contrário do que defendeu Scott (1988), foi uma preocupação da história das mulheres desenvolver uma categoria analítica, Carla Pinsky defende que foi realizado: “O debate sobre a necessidade e as maneiras de tornar o saber histórico preocupado com a construção social das diferenças sexuais um campo de conhecimento mais analítico prosseguiu e continua até hoje.” (PINSKY, 2009, p. 162).

Quando os estudos de gênero passam a ser difundidos, muito do que a história das mulheres estava discutindo foi herdado por essa nova categoria de análise, entretanto, houve a formulação de novas questões, como a busca pela compreensão da “importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos” (PINSKY, 2009, p. 162).

Dessa forma, os papéis, as representações, objeto de estudo desta pesquisa, que forjaram uma identidade generificada feminina, como “moça de família”, boa mãe, garota bonita, são “entendidos, na perspectiva de gênero, como situações produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo” (BASSANEZI, 1992 apud PINSKY, 2009, p. 163).

Carla Pinsky (2009, p. 178), apresenta que história social ofereceu aos estudos de gênero a possibilidade de utilização das mais diversas tipologias de fontes históricas, o que contribui para a pesquisa dos grupos que geralmente não estão nos documentos oficiais, como as mulheres. As contribuições da história das mulheres para os estudos de gênero seguem, conforme a historiadora:

Por um lado, o pesquisador pode utilizar essas fontes para estudar tanto as normas culturais, os modelos de conduta e a moral dominante, a ordem social e as hierarquias de poder estabelecidas, quanto analisar as contradições internas desses discursos, suas ambiguidades, armadilhas e lacunas. Por outro lado, pode estudar essas mesmas fontes para detectar as atuações e performances dos atores históricos, submissas e/ou rebeldes aos limites sociais. Práticas, reinterpretações, tensões e conflitos presentes na vida dos sujeitos históricos emergem muitas vezes das entrelinhas e se revelam diante do olhar de um leitor mais atento (como, por exemplo, atitudes de “moças mal comportadas”, “esposas infelizes, mulheres “rebeldes”, “conflitos de geração”, resistências variadas e projetos de vida alternativos) (PINSKY, 2009, p. 178-179).

Percebe-se a influência das percepções sobre a prática do trabalho do/da historiador(a) nas propostas de Carla Pinsky. O cotidiano do/da historiador(a) está imerso no trabalho com as fontes históricas e os questionamentos sobre elas. Para muitos historiadores sociais, o pós-estruturalismo abre mão da noção de que há um mundo real e que é possível descrevê-lo, do fazer historiográfico. Historiadores como Tilly, Varikas e Hall, da história social, questionaram a noção de desconstrução pós-estruturalistas (presentes nos estudos de gênero), pois não leva em conta as categorias “tempo” e “contexto”, fundamentais aos historiadores (PINSKY, 2009, p. 177).

Pinsky (2009, p. 171), observa que um dos maiores problemas da teoria de Scott para pesquisadores da história social está na afirmação de que “a igualdade reside na diferença” (1988e), a ideia defendida por ela é que dentro das diferenças as pessoas se identificam, por sofrerem as mesmas discriminações, reivindicarem os mesmos direitos, por exemplo. A preocupação de alguns pesquisadores com a militância política os levou a questionar essa percepção de Scott, visto que, em momentos de avanço do conservadorismo (como o Brasil na atualidade), se torna perigoso para os movimentos sociais privilegiar as diferenças culturais entre homens e mulheres, estes acabam se apoiando em argumentos igualitaristas para contestar os conservadores (PINSKY, 2009, p. 171).

Além disso, dentro de um projeto político feminista esta abordagem apresenta suas falhas, sendo que não dá a devida importância às lutas sociais nas mudanças históricas e em função da atenção que dá às estruturas de linguagem, cai em um “assustador determinismo”,

visto que, as pessoas parecem não existir ou influenciar nos resultados dos “jogos de poder” (VARIKAS, 1991 apud PINSKY, 2009, p. 176).

Questionam ainda se o pensamento que busca diferenças dentro do diferente, não estaria fadado apenas ao âmbito individual, distante da possibilidade da pesquisa histórica, com a conclusão final de que todo indivíduo é único e diferente, discordando de Scott de que se criariam “identidades individuais e coletivas” a partir dessas diferenças (PIERUCCI, 1990 apud PINSKY, 2009, p. 172). Entretanto, evidencia-se que as motivações que levaram Scott a escolha do pós-estruturalismo apresentaram-se políticas, em relação à voz que a abordagem possibilitou para o feminismo (SCOTT, 1995, p. 85).

Dessa forma, é importante perceber que mesmo com as críticas efetuadas à publicação de Scott, muitos desses pesquisadores utilizam suas contribuições em seus trabalhos e possuem as mesmas preocupações políticas que ela, estando as maiores críticas na defesa que ela faz ao pós-estruturalismo e a forma que observa a história social como ultrapassada (PINSKY, 2009, p. 175).

A ideia de conectar os dois conceitos propostos neste trabalho, é utilizada em um número grande de trabalhos, que utilizam aspectos da história social e percebem o passado a partir da perspectiva de gênero, conforme a citação apresenta:

Historiadores sociais preocupados com gênero não veem necessidade de abandonar seus pressupostos em favor do pós-estruturalismo para estudar as formas pelas quais as representações e os símbolos constroem gênero e relações sociais. Com as ferramentas de que dispõem, sentem-se capazes de visitar o passado em busca das especificidades, descontinuidades e continuidades dos significados (por exemplo, de “ser homem”, “ser mulher”, “ser jovem” etc.) e das relações (familiares, de trabalho etc., e até do próprio significado desses termos em cada época e contexto). Descrevem (parte importante do trabalho histórico), mas também analisam. Recusam de antemão definições dominantes ou essencialistas das diferenças dos sexos e historicizam noções relativas à masculinidade e feminilidade. Procuram ainda entender as relações de gênero também em termos de relações de poder (PINSKY, 2009, p. 180).

Dessa forma, há como utilizar as duas concepções, percebendo nas críticas auxílio para questioná-las, sem optar por uma como a superação da outra, visão que não se aplica nos estudos históricos. Mesmo tratando-se de um trabalho que privilegia as representações simbólicas como elementos constitutivos da identidade de gênero.

Outro campo de investigação teórica que trouxe muitas contribuições para os estudos de gênero, foi a psicanálise. Scott percebeu duas escolas, a anglo-americana e a escola francesa. O que ela aponta como comum das duas escolas é a preocupação com os processos de criação

da identidade subjetiva, se concentrando nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança para perceber como se forma a identidade de gênero (SCOTT, 1995, p. 80).

As teóricas anglo-americanas, da teoria de relação de objeto, enfatizaram a influência das experiências, como a relação com os pais, enquanto a escola francesa, os pós-estruturalistas, perceberam a linguagem como formadora da identidade generificada. Scott (1995, p. 81), apresenta que as duas teorias não podem ser utilizadas completamente pelos historiadores, embora estes tenham se atraído bastante por elas, no caso das interpretações da escola anglo-americana limitam as análises de gênero ao espaço doméstico, sendo que na realidade moderna isso não se aplica, pois os sistemas econômicos, sociais, políticos não são explicados.

A teoria pós-estruturalista, em que o principal pensador é Lacan, aborda a ideia de que o masculino e o feminino não são características próprias, mas “construções mentais subjetivas”, percebendo o sujeito em constante construção. A linguagem se dá como instrumento analítico para interpretar os desejos conscientes e inconscientes. Partindo disso, Scott (p. 82), problematiza a fixação pelo sujeito individual e a tendência a colocar como questão central do gênero o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres.

Em ambas as teorias psicanalíticas, compreender o passado dos sujeitos generificados é um processo previsível, portanto, problemático para a investigação histórica, além de reforçar a oposição binária entre masculino e feminino, naturalizando-a. Conforme Sara Casaca (2009, p. 31), as teorias sobre o gênero mudaram a partir dos anos 1980, sendo que o campo de análise passou a ser “sobre a forma como os indivíduos, homens e mulheres, constroem as suas identidades no decurso das interações que desenvolvem entre si” (CASACA, 2009, p. 31). Passou-se a compreender que a identidade de gênero só se constrói socialmente através da relação entre os homens e as mulheres.

Com o avanço das concepções pós-estruturalistas, a análise do discurso passou a ser privilegiada nas pesquisas envolvendo as relações de gênero, visto que através dos discursos percebe-se a produção e reprodução da masculinidade e feminilidade (BRADLEY; *et al.*, 2000 apud CASACA, 2009, p. 31). Para analisar a coluna **Garota Bonita** em 1946, a análise do discurso tornou-se ferramenta imprescindível de análise.

Para Scott (1995, p. 86), ao utilizar gênero como categoria de análise é necessário pensar os processos, nunca buscando uma causalidade geral e universal, mas pensando como as coisas se passaram e o porquê. Quando certos problemas são isolados para serem estudados, isso se dá como ponto de partida para processos mais complexos.

Scott (1994, p. 86), define gênero em duas partes e diversos subconjuntos: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os

sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” Dessa forma, essas duas partes estão conectadas, visto que, quaisquer mudanças na organização das relações sociais se relacionam com mudanças nas representações do poder.

O primeiro tópico apresentado por Scott, implica em quatro subconjuntos: O primeiro se constitui como símbolos culturalmente disponíveis, como Eva e Maria, as quais simbolizam a mulher no cristianismo. Elas representam, em certos momentos, ou a luz e ou a escuridão, ou a purificação ou a poluição. Interessa, para os historiadores, perceber que representações simbólicas são invocadas, como e em quais contextos (SCOTT, 1995, p. 86).

O segundo subtópico compreende os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p. 86). Sendo esses conceitos expressos nas doutrinas religiosas, políticas, educativas, científicas, tomando como forma típica a oposição binária fixa. Algumas vezes essas afirmações são abertamente contestadas, e os historiadores devem preocupar-se quando e em quais circunstâncias isso ocorre, visto que se costuma escrever a história “como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito” (SCOTT, 1995, p. 87). Enquanto historiadores, buscar a historicidade da repressão que levou a uma permanência na representação binária é importante, para casos como a sociedade brasileira atual, em que o conservadorismo avança e busca-se o retorno à chamada família tradicional, embora ela nunca tenha existido de fato, como algo fixo, incontestável.

O aspecto das relações de gênero é o terceiro subtópico apresentado por Scott. Argumenta a historiadora que, certos pesquisadores, em principal os antropólogos, restringem os estudos de gênero ao lar e à família como a base da organização social. Precisa-se de uma visão mais ampla, que inclua também as complexas sociedades modernas: o mercado de trabalho, a educação, o sistema político. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente, ele é construído igualmente na economia e na organização política, que em nossa sociedade operam de maneira amplamente independente do parentesco (SCOTT, 1995, p. 87).

O quarto subtópico que a historiadora propõe, é em relação à identidade subjetiva. Ela entende que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, mas para ela, a pretensão universal da psicanálise constitui um problema, sendo que Lacan é útil para refletir sobre a construção da identidade generificada, entretanto, os historiadores precisam trabalhar de forma mais histórica. Além disso, os objetos de estudo, os homens e mulheres, nem sempre cumprem as prescrições da sociedade ou das categorias de análise seguidas. Os

historiadores devem perceber as formas pelas quais as identidades de gênero subjetivas são construídas e relacionar com a sociedade em que se inserem (SCOTT, 1995, p. 87-88).

Conforme Scott (1995, p. 88), em relação à segunda parte de sua definição, em que gênero é considerado uma forma primária de dar significado às relações de poder, ela conceitua que no interior do gênero o poder é articulado. Apesar da autora considerar um campo primário, ela compreender que não é o único campo em que as relações de poder se articulam, entretanto, foi utilizado de forma recorrente no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Conforme a autora pontua, necessidades de Estado podem levar a compreender o discurso sobre as relações de gênero. Todos os regimes totalitários legitimaram suas forças como masculinas e colocaram a imagem do inimigo como feminina, além de colocar em prática diversas políticas e ações visando o controle das mulheres, ações que não fariam sentido, se não estivessem relacionadas à construção e consolidação do poder (SCOTT, 1995, p. 90-91).

Scott (1995, p. 93) propõe uma história que explora questões como: “Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado?” e “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?”, ou ainda “O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais?”, para introduzir novas perspectivas sobre velhas questões, como considerações sobre a família e sexualidade no estudo da economia e da guerra, por exemplo.

Esta forma de pensar a história “abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93).

Para fazer a análise das relações de gênero, o discurso é uma ferramenta importante. Pinsky conceitua o discurso para os estudos do gênero como um conjunto de formas de pensar “como o mundo opera e qual o lugar de cada um nele, como também de modos de organizar vidas, instituições e sociedades, de implementar e justificar desigualdades, mas também de recusá-las” (PINSKY, 2009, p. 168).

Mesmo sendo Joan Scott ainda a teórica de gênero mais procurada, novas concepções de gênero foram surgindo após suas publicações, as quais percebem a categoria sexo como socialmente construídas, assim como gênero, afinal, por muito tempo os historiadores consideraram a categoria sexo como a-histórica, definida pela biologia e livre de construções sociais. Passou-se a perceber que a própria biologia e as diferenças sexuais entre os corpos femininos e masculinos foram elaboradas por seres humanos, pertencentes a uma sociedade, portanto, possuem historicidade.

Dessa forma, Thomas Laqueur, publicou o livro “Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud” (2001), em que percebe que nem sempre as divisões biológicas entre os sexos feminino e masculino foram bem definidas, mas sim, foram construídas ao longo da história. Conforme Laqueur (2001, p. 8), embora pareça óbvio que a biologia defina os sexos, em função de diferenças perceptíveis, como a menstruação, amamentação, gestação nas mulheres e nos homens não, apenas isso não leva a uma conclusão definitiva. Afinal, um homem continua sendo um homem sem um pênis, por exemplo.

Percebe que, houve um tempo na história da humanidade, em que havia apenas uma definição de sexo, o masculino, conforme a citação:

Galeno, que no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais faltava calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa (LAQUEUR, 2001, p. 16).

Dominava nas ciências o modelo do sexo único, em que a mulher era vista como um homem invertido e inferior, seus órgãos estavam para dentro, logo, se constituía como um homem imperfeito.

Em relação à sexualidade e ao corpo, de acordo com Laqueur (2001, p. 14), anteriormente ao século XVIII, as orientações que circulavam por toda a Europa, tratavam que o orgasmo era elemento fundamental para a concepção acontecer. Entretanto, após o século XVIII, as fontes analisadas pelo autor indicam que começou-se a perceber que o orgasmo feminino não era indispensável para a fecundação, desta forma, foi menosprezado, tido como um bônus do ato sexual para conceber filhos (LAQUEUR, 2001, p. 15). Isso mudou as percepções sobre a natureza sexual feminina, o que possui influência na atualidade, de que os homens buscam por sexo e as mulheres por relacionamento. As formas de sentir são influenciadas pelas ciências, pela sociedade em geral.

Após o século XVIII, Laqueur (2001, p. 16) sustenta que “a presença ou ausência do orgasmo tornou-se um marco biológico da diferença sexual”. As novas concepções sobre o orgasmo estavam acompanhadas de novas noções sobre os corpos do mesmo período, em que a divergência biológica deu lugar para a teoria dos dois sexos, o feminino e o masculino (LAQUEUR, 2009, p. 17). Era preciso justificar a posição anterior de homem imperfeito que a mulher ocupava, pois as ideias de igualdade, em que todos os homens eram iguais do século XVIII iriam colocá-las na mesma posição que os homens.

Laqueur (2009, p. 8), escreveu que a partir disso, ao longo do século XIX, cientistas passaram a estudar a oposição entre os sexos, sendo a mulher a negação do corpo masculino.

Entretanto, é importante realçar que o sexo único não desapareceu por completo, o que reforça a ideia do autor de que as percepções sobre sexo também foram fruto de construções humanas.

A ideia que Laqueur defende não é negar a realidade do dimorfismo sexual, mas mostrar que as compreensões acerca do sexo são generificadas. Desta forma, ele desenvolve sua teoria sobre a criação do sexo, visto que, sendo percebido ao longo da história é explicado dentro de determinados contextos, “dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (LAQUEUR, 2009, p. 23). Para ele, as noções biologicamente determinadas foram abaladas e os historiadores devem descobrir o que os homens e mulheres faziam, pensavam e o que se pensava sobre eles, com a fragmentação da noção de sexo que ele propõe (LAQUEUR, 2009, p. 24).

Laqueur demonstra ao longo do texto que as oposições entre as noções de sexo baseadas na diferença biológica e de gênero baseadas na distinção cultural, conforme discutido anteriormente através das ideias de Joan Scott, por exemplo, não são desprovidos de historicidade, ambos são formados por crenças, os cientistas que descreveram os conceitos percenciam a uma época e eram contemporâneos aos preceitos de corpo, sexualidade... logo, implicaram nesses dois conceitos. Não são noções neutras, não são conceitos objetivos, as ideias sobre sexo como concebidas hoje, de forma binária, não estão dadas naturalmente, como se sempre existissem, elas foram construídas ao longo do tempo. E como discutido acima, se alteraram ao longo do tempo.

Havia acontecimentos que questionavam o essencialismo que o sexo estava sendo tratado na sociedade chapecoense de 1946, como, por exemplo, na notícia publicada em duas edições “E O HOMEM ESTAVA... em adentrado estado de gravidez”. A matéria era sobre um agricultor, com todas características masculinas, morador de Curitiba e que estava prestes a realizar uma cesária, o que foi notícia em todo o país: “[...] Quem, por exemplo, poderá acreditar que exista neste mundo um homem, com todas as aparencias dos representantes do sexo forte, portador de órgãos internos femininos e - o que é pior - em adiantado estado de gravidez?”, o mais intrigante é o desfecho da matéria “Não resta dúvida que é um fenomeno que fará todo o mundo mudar a sua maneira de pensar quanto aos séxos e suas particularidades” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 109, p. 6 e n. 110, p. 4).

Judith Butler, em seu livro intitulado “Problemas de Gênero” (2017), propõe que o sexo é efeito do gênero, a chamada teoria da performatividade. A separação conhecida entre sexo e gênero, a qual as feministas americanas criaram para se afastar do determinismo biológico, compreende que o gênero é construído e o sexo é biológico. Desta forma, a autora passa a criticar a divisão binária que se fez do gênero, visto que se “o gênero são os significados

culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2017, p. 26). A autora questiona as razões que levaram gênero a ser dividido em dois, feminino e masculino, como uma imitação do sexo (o que ela também passou a questionar ao longo do livro), sendo que poderiam haver vários gêneros, não se basear puramente na distinção biológica.

Perguntando-se “o que é o sexo?” e como as feministas devem analisar os fatos dados sobre o sexo, os quais são legitimados pelos discursos científicos (construídos por homens, detentores do poder sobre o conhecimento no passado), ela indaga se haveria uma história do sexo, da dualidade que parece estar posta como natural. Os discursos científicos, os quais pensaram sobre as diferenças sexuais ao longo do tempo, podem ter sido produzidos a serviço de interesses políticos e sociais, ou seja, assim como gênero, sexo não está dado pela natureza, também foi construído pela cultura. Butler ainda propõe que talvez a distinção entre sexo e gênero seja nula, afinal, “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2017, p. 27).

Butler (2017, p. 28-29), tece mais críticas às concepções de gênero como uma construção social, pois para ela, essa ideia denota a um determinismo em que são inscritos em corpos biologicamente diferenciados pelo sexo, como se fossem recipientes passivos da construção cultural, sem a possibilidade de agência ou transformação.

Os dois teóricos citaram em seus livros a filósofa Simone de Beauvoir (1970), em função da famosa frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” do livro “O Segundo Sexo” publicado em 1949, devido a Beauvoir compreender que aquilo que se considerava como sexo feminino era uma construção social e histórica, o que corrobora com os questionamentos dos autores discutidos, sendo que Butler parte de uma discussão acerca da obra “O Segundo Sexo” para apresentar sua teoria da performatividade.

Em concordância com Joana Maria Pedro (2005, p. 92), pensar a pesquisa sobre gênero, ao observar as práticas que permitem que haja “uma divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade”, assim como as formas em que as instituições, como as escolas, os jornais, a literatura, os meios de comunicação em geral (hoje a *internet*, muito importante para perceber essas relações), reforçam as identidades de gênero normativas ou as instituem, como será abordado adiante sobre os jornais de Chapecó, para a historiadora, ao fazê-lo, questiona-se as “verdades” naturalizadas e consolidadas, contribuindo para as causas políticas dos estudos de gênero, “uma existência menos excludente” (PEDRO, 2005, p. 92).

Pensar como os homens da elite chapecoense elaboravam os discursos do periódico analisado requer compreender melhor o funcionamento desta sociedade, das relações de gênero

que ocorriam no espaço estudado no período da colonização, início do século XX, e, além disso, como as características peculiares de formação, a exemplo a violência e o mandonismo, influenciaram nas violências de gênero e na representação de identidades femininas. O próximo capítulo pretende apresentar o contexto dessas relações sociais.

3) SEGUNDO CAPÍTULO - A VOZ DE CHAPECÓ: a voz de quem?

Ao discutir sobre o processo de colonização do município de Chapecó muitas vezes é explanada a história da região Oeste de Santa Catarina como um todo, visto que, ao longo do tempo as fronteiras que delimitavam o limite do município foram se alterando. Neste capítulo é abordado o ideal de progresso presente na identidade dos colonizadores, nos discursos políticos e na branquitude hegemônica.

Para esse fim, os textos da Mônica Hass contribuíram para compreender a violência presente no município, utilizando-se também do conceito de cultura política de Rodrigo Patto Sá Motta para pensar os padrões culturais comuns na história local.

A contextualização do espaço e suas relações sociais auxiliaram para a interpretação do discurso no jornal **A voz de Chapecó**, traçando um histórico sobre o periódico.

3.1 VIOLÊNCIA, TRABALHO, PROGRESSO: Chapecó desde 1917

Monica Hass (2013, p. 33) compreende que em Chapecó o poder político local se estruturou com fortes características do coronelismo, desde a criação do município, em 1917, até por volta da metade da década de 1950. Utilizar-se-á a publicação de Hass “o linchamento que muitos querem esquecer”, ímpar para a história local, entretanto, compreende-se que o conceito de coronelismo não cabe a análise do período, a década de 1940.

Para Hass (2000, p. 67), o coronelismo é caracterizado pela relação entre o poder público e o privado, favorecendo as oligarquias, sendo que suas principais características são o mandonismo local, o falseamento de votos, o filhotismo e a desorganização do serviço público.

José Murilo de Carvalho (1997, p. 230) preocupou-se em conceituar coronelismo que de acordo com ele compreende “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis”, entretanto, refere-se apenas às relações de poder que se desenvolveram no país na Primeira República, acabando com o início do Estado Novo, em 1930. Os inúmeros trabalhos sobre o coronelismo partiram da publicação de Victor Nunes Leal (1948), que depois sugeriu um renascimento do coronelismo mas que Carvalho compreende como incoerente, pois tinha relação com seu conceito clássico.

O conceito que será utilizado para identificar a cultura política chapecoense será o mandonismo, em que se percebe a existência de estruturas locais oligárquicas e personalizadas de poder, nesse caso o coronel como indivíduo, controla algum recurso estratégico, como a posse da terra. O mandonismo não é um sistema, mas percebe-se nesse trabalho como uma

cultura política local. Leal mesmo afirmou que o mandonismo sempre existiu e que o coronelismo foi um momento do mandonismo (CARVALHO, 1997, p. 230).

Alguns anos após o período analisado, no ano de 1950, Chapecó mostrou ao Brasil e ao mundo o mandonismo e a violência presentes no cotidiano do município, com o episódio do linchamento nos dias 17 e 18 de outubro de 1950.

O episódio continua sendo um tema delicado, alvo de disputa pela memória local. Conforme Hass (2013), aproximadamente 200 homens invadiram a prisão pública, a qual estava instalada em local provisório e, com vistas grossas das autoridades, lincharam quatro presos, os quais foram acusados de queimar a Igreja do município. Os corpos amanhecera expostos, após terem sido os presos espancados, esfaqueados, alvejados e queimados.

Além disso, o confronto armado também esteve presente ao longo da história do município, assim como a violência. Bruno Zimmermann, morador da cidade de Pinhalzinho (SC), na região Oeste de Santa Catarina, relata sobre o porte comum de armamentos:

Porque quando nós entramo valia tudo e no ano [19]58 era difícil enxergar um caboclo sem um revólver na cinta ou sem facão na cinta, isso era muito difícil. Os primeiros bailinho, depois dos dezoito anos, que eu ia nos bailinho, então as prateleira dos salões ou dos locais de dança, não era salões... casas, locais de dança, então eles guardava muita arma lá, desde facão em diante, tudo de noite o pessoal chegava pra se divertir, entregava aquela tal de arma lá pra guardar (ZIMMERMANN, 2017).

Percebendo a violência presente no município, o uso comum de armamentos por parte dos homens (o que tornou mais difícil a vida das mulheres), as leis que impunham restrições às mulheres, os inquéritos policiais em que se questionava a moral feminina, se faz necessária uma discussão sobre a história da região Oeste de Santa Catarina para compreender o espaço onde ocorreram as relações sociais que foram representadas no periódico.

Em conformidade com as observações de Águila e Jensen (2017), destaca-se as potencialidades nas pesquisas históricas regionais, as quais deslocam os holofotes das capitais e apresentam outras escalas espaciais, outros sujeitos que experimentaram os mesmos fenômenos históricos. Ao escrever sobre a história de Chapecó o que está em evidência são diferentes singularidades de cada processo, que podem ser colocadas em diálogo *a posteriori*.

Anteriormente às incursões europeias, as populações que ocupavam o território hoje chamado Oeste de Santa Catarina, foram os indígenas. Conforme Lino (2016, p. 92), há cerca de 12 mil anos atrás, a primeira leva migratória para o sul do Brasil foi feita pelos povos da tradição “Umbu”, caçadores-coletores, que migraram atraídos pelas matas, fauna local e os vales dos rios. Depois migraram os povos de matriz linguística jê, há 2,5 mil anos BP, eram

agricultores e ceramistas e possivelmente entraram em confronto com as populações que já estavam estabelecidas na região em função da disputa pela mata de araucárias e a erva-mate.

Após os jês, há 2 mil anos BP, os povos de origem tupi-guarani chegaram na região e por meio de guerra ou integração cultural conquistaram grande território. Na chegada dos europeus relacionaram-se com eles, através de trocas e pelo matrimônio, por isso foram chamados de “índios mansos”, o que contribuiu para que fossem dizimados mais rápido. Posteriormente, passaram a opor-se aos europeus unindo-se aos Kaingang, que resistiram desde o século XIX (LINO, 2016).

Os bandeirantes adentraram o sul do Brasil ainda no século XVI, sendo que a partir do século XVIII, a pecuária e o tropeirismo passaram a se desenvolver no planalto catarinense, enquanto que as florestas constituíram-se como um espaço disponível às pessoas que não fossem os ricos fazendeiros dos campos ou seus agregados, pessoas sem poder econômico como os caboclos, ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, peões. Conforme Brandt e Campos (2008, p. 49), a relação com a terra e os recursos naturais acontecia de forma coletiva, como com a criação de animais à solta que circulavam pelos campos e florestas em que avisava-se o dono do animal se o encontrasse, havia também o mutirão, conhecido como puxirão, em que vizinhos ajudavam-se com as atividades agrícolas e após os trabalhos servia-se uma refeição à todos, seguida por festividades. Essas populações foram chamadas caboclas e na atualidade há grupos que se reconhecem dessa forma na região.

Até o início do século XX a região oeste de Santa Catarina não recebeu incentivos de “povoamento”, assim como não ocorreram alterações significativas em sua paisagem, principalmente em função ao território estar em disputa. De acordo com Macedo (2010, p. 17), no fim do século XIX a parte que hoje compreende a região Oeste de Santa Catarina estava em disputa territorial entre Brasil e Argentina, e nas duas primeiras décadas do século XX, entre Santa Catarina e Paraná. A partir de 1916, quando através de acordo judicial o Estado do Paraná reconheceu a posse do território ao Estado de Santa Catarina, a imigração europeia da região passou a ser estimulado através de medidas governamentais, com a criação de vários municípios. Em 1917, as terras da região oeste de Santa Catarina foram repassadas para empresas colonizadoras.

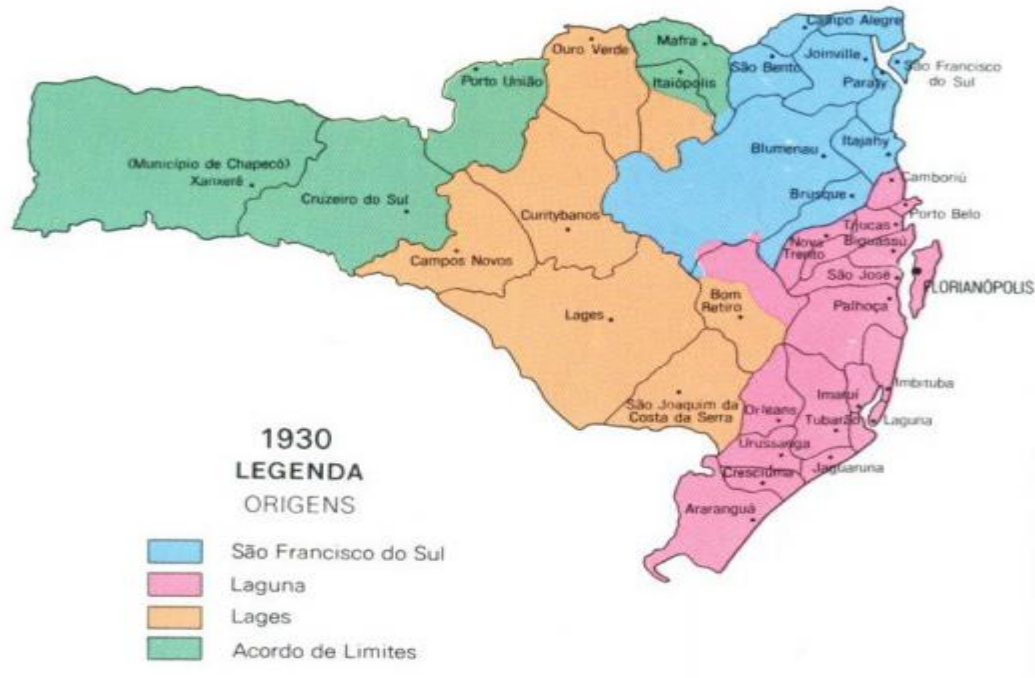
Buscando “povoar” a região, desconsiderava-se que as populações indígenas e caboclas poderiam trazer o progresso almejado, sendo que estas não possuíam terras legalmente, nem produziam excedentes para comercializar, o governo estadual confiou nas empresas colonizadoras para que administrassem o processo de imigração europeia, sendo que estas

buscavam vender as terras “inóspitas” do Oeste para colonos teutos e ítalo-brasileiros que viviam no Rio Grande do Sul. A nacionalidade desejada era em função de um ideário que estes eram “ordeiros e trabalhadores” e trariam o progresso para a região (NODARI, 2012).

Conforme Nodari (2012), os imigrantes teutos e ítalo-brasileiros chegaram em Santa Catarina no início do século XX, em função da atratividade das terras que poderiam, por exemplo, ser compradas pelas companhias a longo prazo, além da possibilidade de comprar terras próximas a parentes, o que no Rio Grande do Sul já não era possível.

Ao considerar o período trabalhado, é importante salientar a dificuldade em delimitar o território que compreendeu o município ao longo do tempo, sendo o jornal **A Voz de Chapecó** fundado em 1939, período em que o processo de colonização ainda estava engrenando. Macedo (2010, p. 19) aponta que a circulação desses periódicos se dava na sede administrativa inicialmente chamada de Passo dos Índios, mas o que configurava ou não Chapecó alterou-se ao longo do período estudado, sendo que em 1930 abrangia um vasto território, conforme o mapa 01.

Mapa 01 - Divisão do território catarinense em 1930



Disponível em: MACEDO (2010).

Ernesto Francisco Bertaso recebeu parte das terras a oeste do mapa, sendo essa parte onde o município de Chapecó está localizado na atualidade. Quando o jornal **A voz de Chapecó** foi fundado, em 1939, a economia local girava em torno da extração da madeira e da produção

agropecuária, tanto que o jornal dedicou-se a apresentar dados da produção aos leitores. No ano de 1946 o processo de colonização ainda estava em curso, como é possível perceber na coluna do jornal intitulada “Cidade em Formação”: “como é uma cidade nova em formação, as construções, ultimamente feitas, estão dentro do alinhamento fornecido pela Prefeitura, mas em lugares de difíceis acessos, devido à vegetação alta, tócos, barrancos ou buracos.” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, p. 4).

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 113) defende a utilização do conceito de cultura política, em que se observa na história padrões culturais comuns a um povo, e ao mesmo tempo compreende que os sujeitos não são peças inertes dentro de estruturas sociais perenes, há culturas e subculturas em disputa dentro do espaço nacional. Além disso, as escolhas subjetivas dos agentes sociais podem ter sido influenciadas pela cultura política, as famosas tradições.

Ao pensar nas características do poder político chapecoense, estas estão em consonância com o que Motta (2018, p. 114) definiu como cultura política brasileira, o paternalismo, a cordialidade, o personalismo, o clientelismo, além da tendência à conciliação e negação dos conflitos existentes. No município em colonização, o aspecto clientelista estava muito presente nas relações locais, principalmente nas relações entre o coronel com a igreja católica. Carvalho (1997, p. 230) conceitua clientelismo como o que se caracteriza como relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, como empregos, benefícios fiscais, isenções, troca de apoio político.

No município de Chapecó, percebem-se esses padrões culturais definidos por Motta em que o coronel Bertaso era próximo dos moradores, fazia favores e cuidava dos interesses locais, como se ele e sua família fossem familiares de todos os moradores (que não estivessem em seu caminho). A figura de um homem detentor do poder local, sendo que Ernesto Bertaso recebeu o título de coronel, o que lhe concedia respeito, remete ao modelo dos ideais de masculinidade, destemido, em luta por seus interesses. Nesse momento em especial, a imagem de feminilidade ideal precisava contrapor essa figura, a mulher, o *belo sexo*, como representada na coluna **Garota Bonita**. Destaca-se também um padrão cultural forte na identidade local é o culto ao trabalho, atribuído à determinadas descendências em detrimento de outras.

Conforme Lindenmeyer (2009, p. 2), as terras compradas deveriam estar limpas, ou seja, sem moradores, isso significava a expulsão dos caboclos e indígenas de seus espaços. Os conflitos dos migrantes em relação aos modos de vida que as populações caboclas e indígenas levavam, são frequentes nas páginas dos jornais, principalmente através de personagens caricatos para se referir aos caboclos. Esses conflitos vinham principalmente da hesitação por

parte dos caboclos em aderir o modo de vida baseado na propriedade privada dos imigrantes e migrantes teutos e ítalo-brasileiros. É possível perceber, no quadro **Um por Semana** do jornal **A Voz de Chapecó** a imagem cômica do caboclo, com críticas por vezes mais sutis e outras mais ostensivas ao seu modo de vida. Como no fragmento abaixo:

Um dos grandes inconvenientes para que o nosso caboclo acumule bens é a sua falta de estabilidade e persistência nos lugares onde se estabelece. Pela ausência de preparo ou orientação começam sempre mal. De início se estabelecem em terras de propriedade do Governo ou de terceiros, sem a preocupação firme em adquiri-la. Na expectativa que de um dia para o outro seja despejado e obrigado a abandonar sua moradia, não se importa com o futuro, por isso tudo quando faz é visando proveito rápido (PARANÁ, 1946, n 98, p. 2).

Esta exaltação da branquitude repercute na atualidade das relações sociais da região Oeste de Santa Catarina, pois é lugar comum a evocação de uma identidade europeia, por exemplo, atribuindo as preferências alimentares à nacionalidade dos antepassados colonizadores, ou formas de agir no cotidiano, o tom de voz utilizado, características individuais, etc. A principal problemática desta identidade está no culto ao trabalho, também atribuído à nacionalidade dos antepassados. Em função da mítica presente da região de colonizadores trabalhadores, representados com enxada na mão, rumo ao trabalho árduo, é comum o discurso entre a população local de que o município foi construído por seus antepassados, os quais sofreram demasiado para transformar o que era mato em civilização.

Conforme Soares e Andreola (2018), essa exaltação aos colonizadores se dá em detrimento de outras identidades da história da região, como a cabocla e indígena, tidas como símbolo do atraso, da preguiça, da falta de civilidade, o que foi construído desde a colonização do município, como foi possível ver no fragmento do jornal **A voz de Chapecó** assinado por A. Paraná. Percebe-se na região Oeste de Santa Catarina, uma branquitude hegemônica, que repercute nos padrões de beleza criados e consumidos ao longo do tempo.

A economia do Oeste de Santa Catarina baseou-se no extrativismo da madeira, visto que com a colonização o processo de derrubada da mata nativa para fazer lavouras contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade econômica de maneira intensiva, processo que iniciou na década de 1920 e foi até 1940 (SALINI; ONGHERO, 2015, p. 106). Entretanto, a atividade agroindustrial passou a ter destaque depois da extração da madeira, sendo que a partir de 1940, o crescimento da indústria do ramo alimentício passou a ocorrer, com a comercialização de excedentes da produção agropecuária (PERTILLE, 2008, p. 84).

Na década de 1940, as estradas da área central ainda eram de chão batido e calçamento, e havia uma cobertura florestal significativa em volta das construções. A imagem 01 apresenta

a área central do município na década de 1940, em que se percebe o processo de urbanização sendo iniciado.

Imagem 01 - Vista parcial de Chapecó-SC na década de 1940



Fonte: Ceom/Unochapecó.

Conforme Hass (2013, p. 57) em 1931 a igreja do município ficou pronta, e no mesmo ano a vila centralizou órgãos públicos. A cada dia novas casas de madeira eram construídas. Em 1939 o povoado recebeu a categoria de cidade, denominada Xapecó.

A grafia do município com X ou Ch ocupou por algum tempo as páginas do jornal **A voz de Chapecó**. Antonio Selistre de Campos, juiz e figura influente na cidade, dedicou-se a publicar sobre a grafia de Chapecó, questionando se iniciava com X ou Ch, questão que estava em discussão no período. Antonio defendia a utilização com Ch, alegando que quando o território ficou a cargo de Santa Catarina, ao fazer acordo com Paraná, recebeu o território chamado Contestado, “organizou quatro municípios, comarcas, a que lhes deu as denominações de Mafra, Porto União, Cruzeiro, hoje Joaçaba, e Chapecó. Escrito com Ch” (CAMPOS, 1946, n. 92, p. 1).

Estava em discussão que a grafia Xapecó com X refere-se ao nome indígena. Selistre de Campos ficou conhecido por sua preocupação com a causa indígena, manifestada no periódico por diversas vezes, apesar de sua amizade próxima com o Coronel Bertaso. Entretanto, um sujeito de muitas contradições, alegava que “os antigos índios não tinham linguagem escrita, e depois, que não está provado que Chapecó seja palavra indígena (CAMPOS, 1946, n. 92, p. 1).

O Clube Recreativo Chapecoense, o CRC, foi fundado em 1938, destinado às festividades, como o carnaval, eventos sociais e concursos de beleza. Em 1940 passou a contar com novas estruturas (HASS, 2013, p. 58). O clube seguia os moldes dos salões europeus, e suas festividades eram destinadas à elite. Nesses salões passaram a ocorrer concursos de beleza,

que possuíam várias etapas e a discrepância enorme na quantidade de votos era proporcional ao prestígio social:

Com invulgar brilhantismo, realizou-se no dia 28 do mês findo, nos salões do Clube Recreativo Chapecoense, o “Baile da Chita”. As senhoritas que representam o escol da nossa sociedade, compareceram quase todas vestidas de acordo como programa anteriormente divulgado e por essa razão a diretoria da Simpática Sociedade da Praça Duque de Caxias, resolveu realizar um concurso para apuração do vestido mais bonito dessa noite, que deixou viva recordação a todos que assistiam. Feito o julgamento, por uma comissão composta por três senhoras, coube o primeiro lugar à senhorita ODETE CUNHA, que recebeu o fino vidro de perfume, oferta gentil da Casa de Severino Trentin. No decorrer das danças, foi realizada venda de votos para o concurso da rainha do Clube, sendo a primeira apuração feita às 12h30 apresentando o seguinte resultado: 1º lugar – Jurema Lajus – 308 votos; 2º Leonilda Trentin – 62 votos; 3º - Alice Silva – 37 votos; 4º - Emida Breda – 20 votos; 5º - Odete Cunha – 14 votos; 6º - Terezinha Spilmer – 10 votos; 7º - Ilze Matto – 07 votos; 8º - Antonieta Tosseto – 05 votos. Ainda por deliberação da diretoria, ficou marcado o dia 13 de Outubro para realizar-se a segunda apuração, dia 26 do mês em curso, para a terceira apuração por ocasião do baile, sendo o dia 16 de Novembro escolhido para a coroação da rainha, que será festejado com grande baile (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 105, p. 2).

Um meio utilizado para enfatizar os padrões de beleza eram os concursos de beleza. Nestes, não apenas a beleza física da vencedora que era exaltada, mas seus sonhos de constituir família e suas qualidades morais, conforme normas vigentes. Na esteira do eugenismo, as candidatas e vencedoras eram de cor de pele branca, constituindo a imagem de mulher bela para o padrão do período (OLIVEIRA, 2001, p. 67-68).

Com a urbanização de Chapecó, as tentativas de fugir cada vez mais do que remete ao passado indígena, inclusive na grafia, e a busca por distinção de classe, pelo divertimento em salão aos moldes europeus, precisou-se construir ideais de beleza e feminilidade àqueles moldes. Precisou-se de mulheres burguesas diferentes das caboclas, das indígenas, das operárias. Essas representam o escol da sociedade, conforme o periódico, a elite. E o padrão de beleza, além de se tratar de mulher brancas, também tratava de mulheres ricas. A distinção se dava no concurso do vestido mais bonito, e teriam três fases, ou seja, seriam feitos três vestidos. Além disso, a campeã de votos possui sobrenome de família influente em um local que sobrenome define as relações, figurão conhecido na história local, o delegado Arthur Argeu Lajús, foi um dos envolvidos no escândalo do linchamento de 1950.

Hass (2013, p. 61), corrobora com as afirmações ao afirmar que em sua pesquisa com moradores locais, percebeu que enquanto mais o município se desenvolveu, mais as classes sociais foram sendo distinguidas. Ao longo da década de 1940, a elite passou a frequentar locais exclusivos, além de formas de lazer próprias, como o Aéreo Clube de Chapecó.

Vojniak (2004, p. 141), também contribui com a argumentação acima, pois compreende que as mulheres pertencentes à elite, a fim de se diferenciarem, passaram a promover bailes e chás de caridade. Nos anos de 1950, criaram inclusive um grupo para mulheres, o Grêmio Feminino Rosas do Sul, composto apenas por mulheres casadas, esposas de dentistas, médicos, advogados, vereadores, funcionários públicos e comerciantes. Elza Bertaso, casada com Coronel Ernesto Bertaso, foi a principal idealizadora da sociedade, a qual prezava pela distinção social das integrantes, selecionando as novas associadas através de convites.

Uma forma de divertimento em comum entre as classes, mas não entre os sexos, eram os bares em que ocorriam jogatinas, bastante frequentados pelos homens do município, encontravam trabalhadoras do sexo, mulheres que muitas vezes estavam marginalizadas nesse sistema rígido do período. Nesses locais ocorriam brigas por mulheres e bebidas (HASS, 2013, p. 64), o que reafirma os padrões de masculinidade vigentes, em que a violência era algo positivo, em oposição aos “frouxos”.

Ao mesmo tempo em que os homens eram incentivados à relação sexual com várias mulheres, e que começassem cedo, pois significava virilidade, e por esse motivo procuravam profissionais do sexo ou mulheres que não desejavam casar-se, as chamadas “levianas”, a virgindade era característica extremamente valorizada, símbolo de pureza, que além de controlar a sexualidade das mulheres, reforçava as desigualdades sociais, as mulheres mais pobres muitas vezes eram procuradas para esses homens satisfazerem seus desejos, mostrarem sua virilidade, desenvolverem sua sexualidade precocemente. Para casar-se, procuravam as mulheres virgens da mesma classe social que a sua. Quando casavam, caso o homem desconfiasse que a mulher não era virgem, ele poderia pedir a anulação do casamento, conforme o Código Civil (PINSKY, 2010, p. 613- 614).

O crescimento demográfico de Chapecó após a década de 1940 influenciou o crescimento da indústria, em especial após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. Esta nova fase da história do município, em que pessoas estranhas ao cotidiano em que todos se conheciam passaram a frequentar as ruas da já consolidada cidade, foi marcada também por uma fase política mais plural, com a criação de sete novos partidos (HASS, 2013, p. 45).

Entretanto, apesar da criação de novos partidos, os aspectos da cultura política local persistiram, com o domínio das famílias que estruturaram-se anos no poder, os colonizadores e madeireiros. Todos esses homens eram pertencentes ao Partido Social Democrático (PSD), partido liderado por Serafim Enoss Bertaso, filho do coronel Ernesto Bertaso. Quando perderam as eleições de 1950 para a coligação formada pela União Democrática Nacional (UDN), pelo

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), houve perseguição moral e física, através dos capangas. O estopim da cultura política do município pode ser observada treze dias após a derrota nas urnas, com o linchamento de quatro homens na cadeia pública de Chapecó, sendo que dois deles, os irmãos Lima, eram ligados à oposição. O caso foi silenciado de tal forma que os chapecoenses evitavam tocar no assunto, até porque, a própria Igreja Católica e o delegado da cidade estavam envolvidos (HASS, 2013, p. 47 - 49).

À serviço desses homens influentes da história de Chapecó, esteve a Igreja, que objetivava promover o desenvolvimento regional, fazendo defesa inclusive da sociedade capitalista, pois o progresso defendido por esses homens encontrava os interesses da Igreja em estruturar melhor seu espaço físico (HASS, 2013, p. 42-43). Anterior à chegada dos colonizadores, as vivências em comunidade, com o uso comum da terra e criação de animais à solta, impossibilitaram o desenvolvimento opulento, através da acumulação de capital e detenção de propriedade privada, inclusive da Igreja. Aliar-se com os colonizadores trazia inúmeros benefícios, como a construção de salões, melhoramento da paróquia e autoridade, considerando a sociedade clientelista que se relacionava nesse espaço.

3.2 RUMO À MODERNIDADE: UM JORNAL

A primeira impressão do jornal **A voz de Chapecó** data de 03 de maio de 1939, como foi publicado na primeira página "Sai hoje à luz da publicidade A VOZ DE CHAPECÓ" sob direção do advogado Vicente Cunha. Foi aprofundado ao longo do subcapítulo anterior que a colonização estava em processo inicial, e no tão almejado ideal de progresso cabia fundar um jornal local, logo, escreveu Vicente Cunha: "Três motivos levaram seus fundadores a fazer circular A VOZ DE CHAPECÓ: JUSTIÇA - PROGRESSO - VALOR = motivos esses que se completam para que se atinja o alvo desejado, o bem estar de uma terra e de uma gente!" (CUNHA, 1939, n. 1, p. 1).

Na capa da primeira publicação do jornal apresentou-se o público-alvo ao qual o periódico se destinava "[...] Não é leitura para letrados. Aos homens simples, que são a maioria dos nossos patrícios desta zona, e que não assinam os grandes jornais das capitais, pretendemos ser úteis, transmitindo notícias de acontecimentos de ordem geral na medida do possível" (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p. 1, n. 1). Entretanto, pensando que o acesso à educação formal no município ainda era bastante precário, foi noticiado apenas em 3 de novembro de 1946 a

implementação do jardim de infância no ano seguinte⁴, e considerando o censo do IBGE (1940), em que 56,8% da população do país era analfabeta, a pretensão dos redatores foi um tanto quanto ambiciosa, visto que, os alfabetizados não pertenciam a essa característica de homens simples e iletrados.

De acordo com Macedo (2010, p. 25), os idealizadores e fundadores de um jornal em Chapecó foram: Ernesto Bertaso, Antonio Selistre e Vicente Cunha. Todos eram homens influentes na cidade, destacando-se no cenário político, sendo o Coronel Bertaso fundador do município. Antonio Selistre de Campos, era o Juiz de Direito da cidade, destacou-se pelas publicações referentes aos indígenas. Vicente Cunha, incumbido de dirigir o jornal, era advogado de prestígio na cidade.

Na década de 1940 haviam dois partidos que atuavam no município, o Partido Liberal (PL) e o Partido Social Democrático (PSD), a este último estavam filiados os principais fundadores do jornal. Em 1947, o PSD venceu novamente as eleições, elegendo Vicente Cunha, primeiro diretor do jornal, para prefeito (HASS, 2013, p. 46-47).

As páginas no periódico demonstram que as construções das imagens eram representações desse grupo de homens. Eram comuns promoções de auto-imagem, a exaltação dos feitos do Bertaso, a comemoração do aniversário dos homens pertencentes a esse grupo, as notícias de suas viagens.

No período pesquisado, o Brasil vivenciava o período chamado de Estado Novo. Conforme Romancini e Lago (2007), no período o Brasil foi governado por Vargas sob regime ditatorial e durou entre 1937 e 1945. Nesses oito anos, as instituições políticas, culturais, policiais, jurídicas e econômicas foram fortemente controladas pelo Estado, sendo que a imprensa estava submetida à censura, sob o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

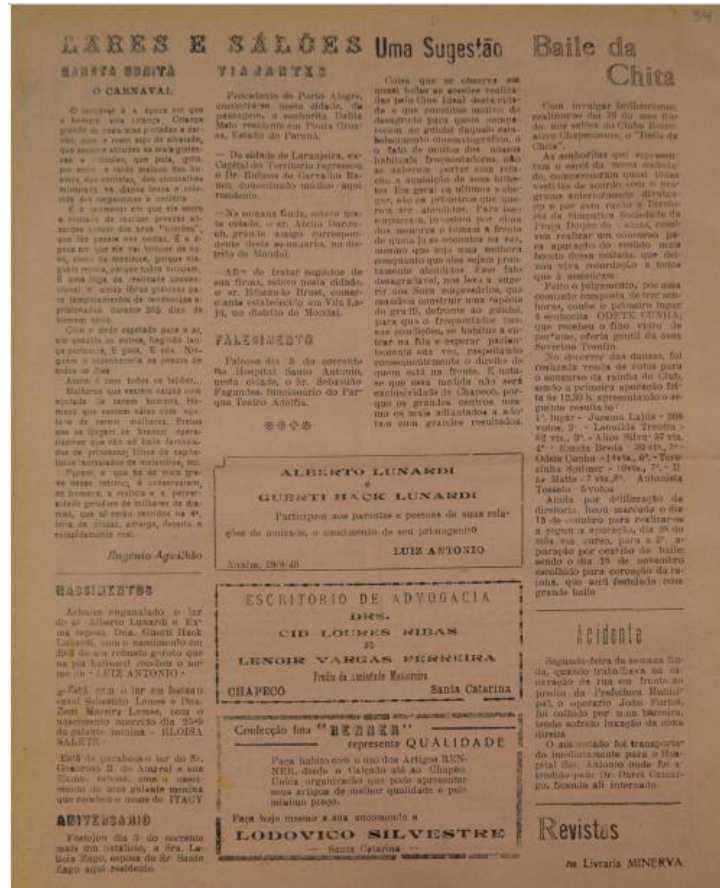
A última edição do jornal **A voz de Chapecó** encontrada no acervo antes da censura foi publicada no dia 3 de setembro de 1941, sendo o terceiro ano de circulação do periódico. Conforme Macedo (2010, p. 29), houve um hiato na circulação do jornal entre 1942 a 1946, em função da censura efetuada pelo DIP.

O jornal circulava toda semana, por esse motivo foram analisados especificamente 19 exemplares do ano de 1946, disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó, Santa Catarina. Além desses exemplares, também foram analisados os

⁴ A VOZ DE CHAPECÓ. A partir do próximo ano entrará em funcionamento o curso primário - Jardim da Infância. Chapecó, n. 109, ano VII, 3 nov. 1946, p. 1.

jornais desde 1939 até 1941, a fim de perceber a história da fonte jornalística. Os exemplares acessados possuem um formato sem ilustrações, as páginas eram bem preenchidas em formato de colunas e muitas vezes propagandas de serviços médicos ou do comércio local, tudo em preto e branco, conforme imagem 02:

Imagem 02 - Página do Jornal A Voz de Chapecó de 1946



Fonte: Ceom/Unochapecó.

Como é possível perceber na imagem 02, apesar das marcas do tempo, a pesquisa nos exemplares do jornal **A voz de Chapecó** é exequível o material encontra-se bem conservado. Ivo Patussi foi o responsável pela doação do acervo consultado ao Centro de Memória, no ano de 2007. Patussi, morador antigo do município, era proprietário de uma banca de jornais e revistas e guardava o acervo no porão de sua casa. Após a doação, foi feito o processo de higienização e então a catalogação dos 4.306 exemplares dos mais variados títulos de jornais e revistas do século XX (SANTOS; MARCON, 2007).

Haviam anúncios no próprio periódico da forma de funcionamento da assinatura. Distribuído gratuitamente, cabia às pessoas devolver o impresso caso não quisessem ser assinantes, caso contrário, seriam considerados assinantes. Acredita-se que este processo de

distribuição ocorria apenas entre os conhecidos moradores da cidade, moradores da área central, pois não iriam distribuir para pessoas que já sabiam de antemão que não poderiam assinar. Os valores eram anunciados com frequência, em quase toda edição, em 10 de novembro de 1946:

ANO 24,00 Cr\$
SEMESTRE 15,00
Nº DO DIA - 0,60
Nº ATRAZADO - 0,80
(A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 110, p. 3).

A venda direta ocorria na editora do jornal, localizada na rua Dr. Nereu Ramos s/n, mas também eram feitas por representantes comerciais autorizados pela direção. No ano de 1946, esses representantes abarcavam uma região pertencente a oito distritos (MACEDO, 2010, p. 38).

Quando voltou a circular em 1946, **A voz de Chapecó** estava sob a direção de Cid Loures Ribas, e o último exemplar encontrado no CEOM data do dia 20 de dezembro de 1953. Ribas advogou em Chapecó, entre 1940 e 1947, e foi um dos fundadores da Gráfica Chapecoense, em 1946, o que pode ter relação com o jornal. Foi eleito Deputado Estadual de Santa Catarina pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1947 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020).

Todos os fundadores eram ligados ao partido que comandou o município por anos durante a colonização. A cultura política chapecoense da branquitude hegemônica pode ser percebida em um trecho no periódico de 3 de setembro de 1941, em que anunciavam na capa que Cid Loures Ribas defendeu acusado do assassinato do indígena Joao Albino, Francisco Oliveira da Silva. A figura de Ribas era sempre exaltada nas páginas, logo esse tipo de notícia pode ser visto como algo positivo para sua imagem. Destacaram que Francisco havia agido em legítima defesa e foi absolvido por unanimidade (A VOZ DE CHAPECÓ, 1941, n. 91, p. 1).

Os jornais nem sempre foram utilizados como fontes pelos historiadores, aliás, o uso de periódicos fez parte de um empenho em expandir as possibilidades de fontes, junto com as preocupações referentes à inclusão de novos sujeitos nas narrativas históricas. Tânia Regina de Luca afirma que no início do século XX, o uso da imprensa na investigação historiográfica ainda possuía uma posição inferior: “A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo” (LUCA, 2010, p. 112).

Como demonstra Tania de Luca, a utilização dos periódicos foi do limbo para a centralidade nas investigações conforme as mudanças metodológicas da disciplina, por

exemplo, com a introdução dos temas que incluíam o cotidiano, o inconsciente, as mentalidades, a imprensa passou a ter papel de destaque nas pesquisas. Com a virada linguística e a introdução da análise do discurso, os textos passaram a ser questionados de forma diferente, interessando menos o que eles dizem, mas como dizem, os termos que usam, os campos semânticos que traçam e os silêncios estabelecidos (PROST, 1998, p. 130 apud LUCA, 2010, P. 114).

De acordo com Luca (2010, p. 126) a diversificação possibilitada pelo uso de periódicos como fonte de pesquisa corroborou com os estudos de gênero, mencionando trabalhos que utilizam da imprensa para analisar as experiências femininas, as representações de feminilidade, prescrições de gênero e inclusive, resistências às opressões e ao *status quo*.

A análise jornalística requer perceber que os textos analisados receberam destaque, ou seja, passaram pela decisão de publicizar algo, como os conselhos de Eugênio Aguilhão para as mulheres, por exemplo. Os discursos adquirem significados de muitas formas, cabe à historiadora e ao historiador perceber a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo (LUCA, 2010, p. 140).

Conforme Luca (2010, p. 141), as redações podem ser vistas como espaços que aglutinam diferentes linguagens políticas e estéticas, é importante ao historiador e à historiadora a atenção ao fato de que os textos apresentados nos periódicos eram fruto de um bastidor por trás deles. Por exemplo, anunciava-se no jornal **A voz de Chapecó** que sua sede ficava na Sociedade Madeireira⁵, ligada à principal atividade econômica local e desenvolvida pelos homens que ocupavam espaços de poder. O periódico foi idealizado pela elite, em amplo desenvolvimento econômico, e que não fundou o jornal com o objetivo principal de transformar em um negócio rentável. Acredita-se que foram motivados pelos ideais políticos em comum e a necessidade de empreender, de urbanizar a colônia.

O ideal de progresso defendido na colonização do Oeste de Santa Catarina incluía o valor moral do trabalho e construiu as noções de masculinidade regionais (VOJNIAK, 2004, p. 62). De acordo com a historiadora Fernanda Arno, a masculinidade “é socialmente construída, é histórica, relacional e mutável, assim como existem diferentes práticas que caracterizam o ‘ser mulher’ há também diferentes práticas e ações para o ‘ser homem’” (2015, p. 48). Ser homem na região Oeste de Santa Catarina é ser voltado ao progresso, é desbravar o mato que deve ser desmatado. Para esse homem existir, precisa haver um contraponto, o belo sexo, um ideal de mulher, que passa a ser representado nas páginas do jornal da cidade.

⁵ A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, n. 92, ano VII, 7 jul. 1946.

Em consonância com Joana Maria Pedro (2010, p. 281), a partir do momento em que as elites dos centros urbanos passaram a se formar no sul do país, os papéis femininos como mães e esposas foram idealizados. Como foi discutido ao longo do segundo capítulo, Chapecó estava distinguindo as classes sociais, formando as elites, destacando-as no cenário local. Pedro (2010, p. 281), aponta que no início do século XX, grupos de comerciantes e pequenos industriais, passaram a promover os jornais a fim de divulgar modelos de comportamento, principalmente para as mulheres.

4 TERCEIRO CAPÍTULO - A REPRESENTAÇÃO DOS IDEAIS DE BELEZA E FEMINILIDADE NO JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ

Durante o período analisado, a década de 1940, é importante perceber algumas peculiaridades das relações familiares e de gênero no Brasil. Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, conforme Ana Scott (2017, p. 91), predominou no Brasil e no mundo ocidental, um ideal de casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel. O principal objetivo da união era gerar filhos, e para isso, os papéis naturalizados para a mulher como mãe e dona de casa, e a figura do pai provedor, constituíam a base da família. A mulher consolidou-se como mãe e esposa em tempo integral, ocupada com os trabalhos que esses papéis familiares acarretavam a ela.

Outro fator importante, até 1977 o casamento só poderia ser dissolvido pelo desquite, em que os desquitados não poderiam casar-se novamente (SCOTT, A., 2017, p. 91). Percebe-se uma sociedade que construía a imagem da **Garota Bonita** cujo maior objetivo era casar-se, mas também impossibilitava o divórcio, um dos fatores para a falsa noção de sucesso das prescrições do período. Além disso, até 1960, os contraceptivos não eram encontrados nas farmácias, ou seja, as mulheres brasileiras não tinham muito controle sobre a concepção, não tinham o poder de decidir sobre quando iriam viver a maternidade (SCOTT, A., 2017, p. 96).

O jornal **A Voz de Chapecó** divulgava dicas de saúde, sob o título **Preceito do Dia**. Em 7 de julho de 1946 alertou-se sobre a sífilis, “mais fácil prevenir do que tratar” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 92, p. 3), entretanto, não foram mencionadas formas de prevenção, e no período, não havia distribuição de preservativos nas farmácias.

Pedro e Pinsky (2017, p. 113) observam que o Código Civil de 1916, o qual permitia a anulação do matrimônio caso a noiva não fosse virgem, esteve em vigor até a constituição de 1988. Além disso, o Código previa também que uma filha considerada “impura”, de vida sexual livre, poderia ficar sem a herança caso o pai assim o desejasse. Neste período, as mulheres precisavam do consentimento do cônjuge para viajar para fora do país.

Entretanto, o Código Penal de 1940 (modificado em 2005) talvez seja o mais perceptível na violência que empregou contra as mulheres, inclusive no município foco desta pesquisa, Chapecó. As mulheres deveriam ser “honestas” para serem ou não protegidas de um caso de abuso, estupro ou fraude sexual. Nos municípios médios e menores, como era o caso de Chapecó no período analisado, ainda nos anos 1980 era comum que se colocasse a virgindade das mulheres à prova, para declarar sua honestidade, não obstante, os esturpadores poderiam

casar-se com as vítimas para livrar-se da punição, quando eram declarados culpados (PEDRO; PINSKY, 2017, p. 113 - 114).

Nos inquéritos policiais analisados sobre os crimes de estupro, a acusação de que as mulheres vítimas já tivessem deitado com outros homens, ou de que houvessem consentido de alguma forma (como aceitado uma dança no baile anteriormente, o que foi questionado no caso M. P., menor de idade em 16 de janeiro de 1979 na Delegacia de Polícia de Coronel Freitas, SC e de I. A., em 22 de fevereiro de 1965, na Delegacia Regional de Polícia de Chapecó), apresenta como era difícil para as mulheres denunciar um crime desse tipo ao longo dos anos nessa sociedade⁶.

Como exemplo, o exame de corpo de delito realizado no dia 22 de fevereiro de 1965, em I. A., apresenta o laudo de que a ruptura do hímen da vítima de estupro havia sido recente, rompido “ao nível das 4 e 6 horas”. O exame do corpo de delito girava em torno do hímen e do questionamento se houve alguma causa, caso ela não fosse “débil mental” ou menor de 14 anos, que a tivesse impedido de resistir. Denunciar um crime de estupro, abuso sexual, ou de qualquer natureza sexual, implicava em analisar a conduta moral da mulher anterior ao crime. Caso ela não tivesse o hímen rompido recente ou houvessem testemunhas alegando que a viram com outros homens, seu depoimento seria contestado e além da violência física, ela sofreria a violência psicológica das instituições. Considera-se também a possibilidade da sua moral manchar-se perante seus conhecidos com a exposição do crime e a vítima sofrer isolamento social, ou seja, várias violências de gênero de uma vez.

Fernanda Arno apresentou, através da análise de inquéritos policiais, como em Chapecó se adotava uma postura de violência para reafirmar a masculinidade (ARNO, 2015, p. 53). Através da violência entre os homens, mas também contra as mulheres, os homens se expressavam, sendo a violência vista, muitas vezes, como única forma de resolver conflitos. Fernanda compreendeu, através das investigações, que a virilidade masculina muitas vezes era comprovada através de crimes, como o estupro (ARNO, 2015, p. 135).

O segundo capítulo dissertou a respeito da violência e mandonismo presentes no cotidiano do município, enquanto a introdução deste capítulo apresentou as leis e como as instituições corroboravam para a implementação das prescrições de gênero, bem como, induziam a não denunciar casos de violência. Apesar de não ser o tema principal deste trabalho, essas questões foram levantadas para mostrar que havia um sistema complexo em que as mulheres estavam em desvantagem, então, muitas vezes ao analisar o passado e se deparar com

⁶ Ambos os inquéritos policiais estão na caixa 21, da Coleção Comarca de Chapecó - CCOC do CEOM.

uma falsa noção de estabilidade e de aceitação dos papéis designados, discutidos nesta pesquisa, há de se considerar as dificuldades em todas as tentativas de mobilização, mas que mesmo assim, elas existiram.

Pedro (2010, p. 281) percebeu no capítulo intitulado “Mulheres do Sul”, do livro “História das mulheres no Brasil” que as novas elites urbanas que migraram pelo sul do Brasil no fim do século XIX e início do XX, fundaram jornais responsáveis por difundir modelos de comportamento, especialmente para as mulheres: “Os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos” (PEDRO, 2010, p. 281). Essas elites buscavam refletir os padrões europeus de conduta, do que era considerado civilizado.

Pedro (2010, p. 281-282), destaca que não havia o interesse em criar os modelos ideais de mulher como boas e dedicadas mães, filhas e esposas pois o imaginário local já abarcava esses ideais femininos. A imprensa do sul do país reproduzia os estereótipos generificados citados conforme os contextos em que essas sociedades viviam, moldando as mulheres conforme as necessidades de uma conjuntura política, social, econômica. Conforme Eugênio Aguilhão escreveu em 4 de agosto de 1946: “Sei que seu grande sonho é marchar para o altar e unir com seu noivo, seus destinos e esperanças. Tão belo, tão lindo é o casamento!” (AGUILHÃO, 1946, n. 98, p. 2).

Compreende-se aqui que a relação entre mídia e sociedade acontece de forma simultânea, influenciando e sendo influenciada. O conceito de representação, de acordo com Chartier (1988, p. 17), consiste em esquemas intelectuais através dos quais se constrói significados para a realidade, compondo os discursos carregados de intencionalidades.

O capítulo anterior apresentou como a década de 1940, com seu aumento demográfico, foi favorável à expansão econômica de Chapecó. Monica Hass (2013) abordou o crescimento dos industriais, principalmente através do acúmulo de capital pelo extrativismo vegetal (2013, p. 58).

É interessante explicitar o termo divisão sexual do trabalho, o qual evidencia as desigualdades entre homens e mulheres e procura destacar os mecanismos sociais para hierarquizar as atividades de acordo com os sexos. Percebendo uma sociedade que estava se urbanizando, em rápido desenvolvimento, o papel sexual da mulher relegado à maternidade cabe nesse conceito. Conforme Hirata e Kergoat (2007), na divisão sexual do trabalho, o trabalho destinado às mulheres a ser realizado de forma gratuita, é fundamental para a existência do capitalismo, mas é um trabalho desvalorizado, invisível, justificado pelo dever materno, feito “por amor”. Enquanto os homens se apropriam das funções com mais valor social.

Soraia Carolina de Mello escreveu em sua tese “Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista *Claudia* e o trabalho doméstico (1970-1989)” que a ideia de contrato sexual está atrelada ao conceito de divisão sexual do trabalho, em que os homens ficam encarregados do trabalho produtivo e às mulheres é designado o trabalho doméstico e reprodutivo, mas além disso, há uma assimetria nessa divisão, em que sempre o trabalho masculino é mais valorizado, mesmo quando homens e mulheres estão no mercado de trabalho, é através do contrato sexual que fica acordado entre as famílias, mesmo que de forma velada, que cabe às mulheres o cuidado com a casa e a família e aos homens o trabalho produtivo (MELLO, 2016, p. 44).

Em um momento em que o capitalismo ascendia na região, vale a pena destacar como Soraia compreende a história do trabalho doméstico: a historiadora observa como uma história da humanidade, de homens e mulheres, pois a vida humana nos últimos séculos (com a ascensão da propriedade privada) dependeu da realização desse trabalho não pago, o qual pode ser entendido de forma relacional. Não apenas uma forma de subjugar as mulheres aos homens, nem uma mera escolha (MELLO, 2016, p. 44-45).

Além do estabelecimento da propriedade privada na região, com o fim dos velhos modos de viver, como o uso comum da terra e a criação de animais à solta, o contexto nacional configurava o fim do Estado Novo, como discutido anteriormente, e o contexto mundial, o fim da Segunda Guerra Mundial. No jornal, os leitores poderiam mandar textos que eram aceitos ou não. Na edição de 7 de julho de 1946, houve uma publicação de um ex-combatente da Segunda Guerra, lamentando sua situação.

Com escrita bastante poética, o conteúdo do texto narrava que o Brasil vivia a chegada dos combatentes no pós-2ª Guerra. Abordava o cotidiano dos soldados no estrangeiro, com as cruzes de madeira, os feridos, a insônia, os corpos estilhaçados, os gritos, todos os horrores que o “pracinha” precisou encarar. Ao chegar em casa, no Rio de Janeiro, percebeu que as promessas haviam sido falsas, os cargos públicos fictícios, dissimulados os elogios e boas-vindas aos regressos. José Edgar Eckert, ex-expedicionário, finalizou o texto lamentando que em menos de um ano de seu regresso à pátria já era motivo de desdém, “resta rezar um Padre-Nosso por alma dos que lá ficaram” (ECKERT, 1946, n. 92, p. 4).

O jornal **A voz de Chapecó** havia sido censurado por Vargas, fizeram oposição, logo tal posicionamento contrário à guerra era esperado. A conjuntura vivida no país e no mundo, pós 2ª Guerra, foi vivida por Chapecó também. Mas, conforme a historiadora Núcia Alexandra Silva de Oliveira, para as mulheres o pós-guerra significou vários discursos e empenhos para que retornassem ao lar, passada a necessidade de que trabalhassem no lugar dos homens. Para isso, o ideal de domesticidade passou a ser uma tônica nos discursos representando a

feminilidade, pois o objetivo consistia em “retomar os valores considerados em risco por conta de uma inversão de papéis” (OLIVEIRA, 2001, p. 62-63).

Ao mesmo tempo que o Brasil acompanhou as tendências à emancipação feminina com a participação durante a guerra, a volta aos valores tradicionais após o fim do conflito também estiveram presentes no cenário nacional, com o retorno ao lar por parte das mulheres (PINSKY, 2010, p. 608).

Havia um empenho para que essas mulheres retornassem ao lar, influenciado pela cultura estadunidense que aumentava a influência no Brasil no período pós-guerra. Nesse momento o ideal de beleza estava atrelado ao ideal de domesticidade, assim como da feminilidade. Conforme Cunha (2017, p. 15), no pós-Segunda Guerra, as produções culturais estadounidenses alcançaram o mundo, representando a imagem de um país como progressista, igualitário, democrático e forte. Uma sociedade modelo, conforme as famílias apresentadas nos filmes e séries televisivas. Nessa sociedade modelo o conservadorismo fazia parte, sendo que a cultura de determinada feminilidade era um dos principais componentes da família americana por excelência: mãe, esposa, dona de casa.

Compreende-se neste trabalho, ao abordar feminilidade, que o feminino resulta de “um contínuo processo de construção psicossocial, cuja vinculação com o sexo biológico é fruto das definições e atribuições culturais”. As lógicas que naturalizaram o feminino, criam subjetividades, ou seja, o conjunto de características atribuídas às mulheres e que vão se organizando como uma identidade de gênero, as quais vão sendo construídas desde a infância, a partir das expectativas transmitidas pelos pais (NOVELINO, 1998, p. 20-21).

4.1 A BELEZA IMPRESSA

Conforme Joana Maria Pedro (2010, p. 281), os jornais veiculavam um projeto civilizador, em que buscavam difundir imagens idealizadas de novos homens e novas mulheres. Como abordado ao longo do segundo capítulo, quem redigia esses jornais eram homens que compunham o “judiciário, chefiavam a polícia, o exército, a administração, os que decidiam sobre a educação, faziam sermões religiosos, votavam e eram eleitos, enfim, aqueles que participavam dos órgãos político-administrativos”. Prescreviam padrões de comportamento nos quais as mulheres deveriam restringir-se aos ambiente doméstico, ao cuidado com o marido (PEDRO, 2010, p. 282).

A coluna **Garota Bonita** surgiu com o reaparecimento do jornal **A voz de Chapecó** em 1946, após tempo fora de circulação pela censura do DIP. Foi publicada de 29 de junho de 1946 até 10 de novembro de 1946, sempre na segunda página, intitulada **Lares e Salões**. Eugênio Aguilhão, ao longo das 19 colunas analisadas, difundiu representações de comportamento feminino sobre o casamento, sendo este colocado como principal objetivo das mulheres, além disso, difundiu preceitos sobre o padrão de beleza, o conjunto de atitudes que compunha ser uma garota bela e comportamento em geral, sendo que as mulheres costumavam ser retratadas como fúteis, como figuras infantilizadas. Acredita-se que Eugênio Aguilhão era um pseudônimo, visto que, os outros homens que assinavam os textos do periódico apareciam inúmeras vezes, tinham seus nomes citados ao longo das notícias, eram pessoas influentes. Eugênio, além de não ter sido encontrado nas pesquisas, nunca fora mencionado além da coluna. Há de se compreender o anonimato: possivelmente poderia ser mal visto por escrever para as mulheres em uma sociedade que prezava tanto a virilidade.

O público-alvo da coluna **Garota Bonita** era mulheres residentes no perímetro urbano de Chapecó, brancas, de classe média, jovens, cisgênero e heterossexuais. Pinsky (2010, p. 619), expõe que em São Paulo nos anos 1950, as mulheres se casavam em média aos 23 anos, sendo que no interior acontecia ainda mais cedo que na capital. O jornal era destinado para mulheres em idade para casar-se, portanto, nessa faixa etária. O nome **Garota Bonita** era atrativo para as leitoras e as temáticas sempre giravam em torno de um casamento futuro, não para mulheres que já haviam realizado o matrimônio, ou já desenvolviam a maternagem. As mulheres poderiam mandar cartas para o colunista, que ele responderia, mas a proposta não obteve sucesso: “[...] Vocês me escrevem diretamente e eu lhes respondo por intermédio desta coluna. Entendidos?” (AGUILHÃO, 1946, n. 92, p. 2).

Eugênio escreveu em 29 de junho de 1946, “Com o reaparecimento de <A voz de Chapecó> , nasceu esta coluna destinada à garota bonita [...] À toda a garota bonita que me faz lembrar palavras de amor (AGUILHÃO, 1946, n. 91, p. 2). Na sessão **Lares e Salões**, na segunda página, havia a parte destinada a anunciar os aniversários, os nascimentos e os viajantes, haviam também propagandas de médicos e comércios.

Na coluna sobre os viajantes, se noticiou que Serafim Bertaso, então prefeito do município foi para Uruguaiana, por exemplo. Havia também o editorial “Um por Semana”, nessa primeira edição de 1946 chamava-se Mecê e satirizava os caboclos, alegando que os residentes na região eram mais ativos do que os do litoral, pois este não precisa se mover muitas vezes devido a abundância de frutas e peixes em seu território. A sátira aos caboclos foi uma tônica deste editorial ao longo dos meses analisados, em forma de “causo”. As demais páginas

tratavam de política, economia, assuntos locais como a implementação de escola, críticas à intelectuais, como Gilberto Freyre, por exemplo.

De acordo com D’Incao (2010, p. 223-226), houve a construção da mulher burguesa, como uma nova mulher, a qual deveria priorizar o ambiente privado e a maternidade. Entre o fim do século XIX e início do XX, o ambiente privado e o público passaram a ser opostos, “Essa interiorização da vida doméstica, no entanto, deu-se ao mesmo tempo em que as casas mais ricas se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos” (D’INCAO, 2010, p. 228). Nesses ambientes, as salas de visitas, as mulheres eram submetidas à avaliação alheia.

Os bailes, geralmente realizados pelo Clube Recreativo Chapecoense, o CRC, eram momentos em que essa elite econômica se reunia e se distinguia do restante da sociedade. Aguilhão publicou em 22 de setembro de 1946:

Um baile é o espetáculo social que maior satisfação proporciona ao homem civilizado. Primeiramente se reúne a Diretoria da sociedade. Delibera pela realização do baile. Contrata um jazz. Espalha convites. E, em determinada noite abre-se o salão de festas. Lá se reúnem umas quatrocentas pessoas onde cem já estariam pouco a vontade. Todas primando pela elegância e pela melhor aparência. Elegantes e agradáveis Garotas Bonitas, que, com apurado empenho se esforçam por ver qual delas vence em graça e encantos, lá se apresentam regorgizantes de alegria. Senhoras e senhores, da mais elevada distinção, também lá comparecem (AGUILHÃO, 1946, n. 103, p. 2).

A escolha textual de Aguilhão, “ao homem civilizado” não é ao acaso, a civilidade era atribuída aos imigrantes europeus, ou seus descendentes. Só entravam convidados “da mais elevada distinção”. As mulheres burguesas possuíam as regras de vestimenta, como o espartilho, as luvas, cobriam-se inteiras, não possuindo tanta liberdade para locomover-se quanto a mulher proletária. Para distinguir as classes, cada vez mais a mulher burguesa passou a ficar no ambiente privado, sendo que mesmo em casa, ela precisava estar vestida como nos salões (PERROT, 1988).

Os escritos sobre os bailes são uma fonte rica para compreender a mentalidade do período. Na ocasião do carnaval, Aguilhão publicou sobre as festividades: “[...] Mulheres que vestem calças com vontade de serem homens. Homens que vestem saias com vontade de serem mulheres. Pretos que se tingem de branco; operariázinas que vão ao baile fantasiadas de princezas; filhos de capitalistas fantasiados de malandros, etc.” (AGUILHÃO, 1946, n. 105, p. 2). As brincadeiras de carnaval que consistiam em satirizar estereótipos, ou as famosas fantasias em que os sexos trocavam as roupas designadas socialmente, foram descritas pelo colunista como “vontade de ser”.

De acordo com Maria Ângelo D’Incao (2010, p. 230), a emergência da família burguesa, ao reforçar os ideais da importância do amor familiar e o papel feminino de cuidado com o marido e com os filhos, impõe à mulher atividades absorventes no interior do espaço doméstico. Havia um empenho para vender esse papel “por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam ‘educar’ a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família - a medicina, por exemplo, combateu severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos” (D’INCAO, 2010, p. 230). Conforme publicado na **Voz de Chapecó** em 4 de agosto de 1946:

[...] Garota bonita, você que hoje consumou seu grande sonho, sentada triunfante a cabeceira dessa mesa farta e nababescamente servida, imagina o que lhe espera no dia de amanhã e quais as responsabilidades que lhe assiste como dona de casa? Sabe que além de outras obrigações os misteres da cozinha ocupam um lugar de importância? Que a alimentação é a primeira das necessidades humanas e deve prevalecer sobre a habitação e o vestuário? Que se você souber cozinhar, metade do problema estará resolvido, mas em caso contrário, terá que aprender através de experiências dolorosas, de queimaduras pelas mãos [...] (AGUILHÃO, 1946, n. 98, p. 2).

Essa mulher idealizada, conforme Aguilhão representava, precisava estar ciente das suas responsabilidades como dona de casa, as quais cozinhar aparece como prioritária. Aguilhão coloca que caso não estivesse ciente, o que era visto com maus olhos naquela sociedade, a mulher teria que sofrer para aprender. Destaca-se aqui que as habilidades culinárias foram representadas como aprendizados, não como habilidades natas ao feminino.

Para compreender exatamente essa mulher idealizada, Carla Pinsky definiu como características próprias da feminilidade “como o instinto materno, pureza, resignação e doçura” (PINSKY, 2010, p. 609). A moralidade que priorizava a domesticidade feminina, favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina ao casamento, sendo o casamento representado como a maior realização feminina. Percebe-se na coluna **Garota Bonita**, aqui descrita na íntegra, as percepções masculinas sobre como as mulheres viam o casamento:

Um dia você marchará para o matrimônio, estrelando de felicidade, com a alma cheia de gritos festivos, o coração transbordando de amor e a boca inundada de sorrisos. Esse dia será maravilhoso e você nunca mais o esquecerá. Mas depois da lua de mel, depois dos primeiros dias de sonho, quando você deixar de pisar as nuvens e tropeçar na realidade, verá que as coisas tomam outro aspecto. Nascerá para você a responsabilidade de conservar essa lua de mel por longos anos. Responsabilidade pelo lar e pelo bem estar do esposo. Sua tarefa será árdua e você terá que lutar com todas as forças para tornar seu lar feliz e fazer-se a companheira ideal do homem que ama, aquele a quem prometeu dedicar-se por toda a vida, o que jurou diante do altar.

Digo-lhe isso para que você não faça como uma garota que eu conheci, verdadeiro anjinho quando solteira e que depois de casada, tornou-se um verdadeiro demônio, dentro do lar, doce lar.

No primeiro ano, ela toda enfeitadinha, unhas pintadinhas, de aventalzinho imaculado, branquinho, cheio de rendinhas esperava pelo maridinho no portãozinho da casinha e quando este apontava na esquina, corria ela ao seu encontro, engatando-lhe o bracinho, tão delicadinho ao mesmo tempo dizia: Você me perdoa mais esta vez não é queridinho. Não pude fazer o jantarzinho para você. Só fiz um cafezinho porque a costureira me reteve mais tempo do que esperava. Amanhã se eu puder voltar mais cedo do cabeleireiro farei alguma coisa melhor para o jantar.

Era um encanto de esposa e ele nada dizia, não protestava, porque era um encanto de esposa. Tomava o cafezinho calado, lembrando quase sempre dos bolinhos que sua mãe sabia preparar.

Depois do jantar, sua mulherzinha, cercava-o novamente de atenções e sorrisos, arrematando geralmente com esse pedido: Querido se você fosse mesmo bonzinho, lavava a loucinha para mim, esfregava o assoalinho e tudo que terminasse em inho.

Ele não protestava e quando terminava aquele servicinho, sentia uma vontade louca de sair, dar uma olhadela nos amigos, mas não se aventurava a falar, porque tinha a certeza que sua mulherzinha diria imediatamente: Querido você não precisa sair, não precisa ver seus amiguinhos. Agora você tem mulherzinha, fique com ela fazendo-lhe companhia.

No terceiro ano, depois de uma noite de festa, fui acompanhar esse maridinho a casa, lá pelas três da madrugada. Quase morri de susto ao ver esse anjinho que eu conhecia quando solteira.

Estava ela indignada, fervilhando, espumando de raiva armada de um respeitável rolo de macarrão. Não esperou para descarregar tudo o que havia aprendido quando criança, nas costas do marido; Seu vagabundo, seu isso, seu aquilo...

E ele com a maior das impaciências: Anda mulher, bata-me de uma vez que eu quero ir dormir (AGUILHÃO, 1946, n. 95, p. 2).

No texto, primeiramente, o casamento é representado como uma realização futura extremamente feliz. Entretanto, como conquista da mulher, também cabe a essa mulher preservar esse matrimônio, como Eugênio escreve “Nascerá para você a responsabilidade”. E então, passa a contrapor o que seria um exemplo, a mulher que luta pelo bem-estar do marido, a Garota Bonita, e o que ela não deve ser, um discurso bastante empregado nas colunas, em que era utilizado um dualismo, mulheres boas *versus* mulheres ruins. A mulher que virou um “demônio” após o casamento, é a mulher que não cumpre com os papéis de domesticidade, não faz o jantar, não lava a louça, não esfrega o chão. Ainda na narrativa há a comparação com a sogra, dando a entender que o homem ficou aos cuidados dela, porém ela não o cuida como deveria, logo ele lembra com saudades de sua mãe.

A representação da mulher que virou um “demônio” como um encanto de esposa, bela, que acaba por reduzi-lo, lembra das visões das bruxas medievais, fundadoras dos ideais ocidentais, como no “Malleus Maleficarum” que representa a mulher enquanto causadora da perdição dos homens: “a mulher, embora seja bela aos nossos olhos, deprava ao nosso tato e é fatal ao nosso convívio” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p.724). O marido é representado como fadado a ceder aos encantos da esposa, que maliciosamente o obriga a cumprir os deveres

designados a ela. O que pode ser observado é que havia uma noção de que os serviços domésticos eram desagradáveis, pois a narrativa é colocada como se fosse um martírio para o homem realizá-los, mesmo sendo tratados como “servicinho”.

Além disso, ao mesmo tempo que os ideais de beleza eram cobrados, os cuidados desprezados para atingir esses ideais eram constantemente retratados como fúteis, como na coluna, a mulher ir à costureira e ao cabeleireiro a representava como alguém que não era capaz de cumprir com suas obrigações, o trabalho doméstico. Ao fim da narrativa é perceptível que a mulher, além de perversa, é representada como desequilibrada. Ela usa da violência física, enquanto o marido é retratado como ponderado, quase vítima, que precisa aguentar o fardo do casamento - ele quer dormir, ela quer brigar. Sobre o fardo do casamento, através da sátira, escreveu em 27 de outubro: “Uma viúva que torna a casar é inteligente; um viúvo que assim age, mostra-se indigno de haver recebido o régio prêmio da viuvez” (AGUILHÃO, 1946, n. 108, p. 2).

As mulheres eram tratadas com infantilidade por Aguilhão, geralmente utilizando as expressões no diminutivo. A forma que escrevia os textos, em comparação aos demais textos do jornal também demonstravam esse tipo de tratamento. Eugênio chama as Garotas Bonitas de infantis, de acordo com o padrão de beleza do período, conforme o trecho:

Sinceramente, eu gosto muito de você, porque além de ser bonita, você é inteligente e atenciosa.

É verdade que em sua cabecinha às vezes meio infantil, povoada de sonhos e ilusões, passeiam mil pensamentos lindos, na maioria das vezes fugazes, mas é verdade também, que você ouve com interesse o que dizemos, acata os conselhos dados sem fazer carinha feia e atende solícita os pedidos, sempre com o mesmo sorriso alegre aflorado nos lábios.

Não imagina o quanto isso me cativa e me faz seu admirador (AGUILHÃO, 1946, n. 99, p. 2).

A **Garota Bonita** é uma sonhadora, às vezes infantil, mas que “acata os conselhos dados”. As construções que se fazia da beleza e feminilidade eram exaltando a submissão, “atende solícita os pedidos, sempre com o mesmo sorriso alegre”. Além da domesticidade, a feminilidade, a submissão também faziam parte do que se entendia como beleza. Por exemplo, se exaltava a beleza da mulher calada, em contraponto à mulher que fala demais: se incentivava a ser inteligente, porém não demonstrar o que sabe, permanecer calada. Eugênio ainda escreveu:

[...] Essas mesmas pessoas dizem ainda que você depois de casada com o treino que adquiriu na mocidade, se torna insuportável, não dando trégua para que o marido diga ai, porque você de uma só enfiada, diz tudo o que pensa, o que pensaria, o que pensará e o que tenha vontade de pensar. Isso naturalmente se ele for um homem que não goste de emitir opiniões porque se ele gostar, então Deus o livre.

[...] Mas eu não estou de acordo, porque muitas Garotas Bonitas são discretas ao conversar, que mostram interesse por conhecer nossas opiniões e ouvem com atenção nossas narrativas (AGUILHÃO, 1946, n. 100, p. 2).

O discurso de Eugênio continua ligado à ideia do fardo do homem ao casar-se. Enquanto para a mulher o casamento se constitui como um objetivo de vida e o homem como um grande prêmio, Eugênio percebe o casamento como algo oneroso para os homens. Se ele também gostar de omitir opiniões “Deus o livre”, desventurado ao lado de uma mulher faladeira.

A coluna destacada anteriormente, número 100, coloca as mulheres que dizem o que pensam, que emitem opiniões, como insuportáveis, e mais do que isso, insuportáveis para o marido. Em uma sociedade que prezava o casamento, percebendo a existência de uma coluna que se dedicava a esse tema, do quanto o casamento seria importante para as mulheres, esse discurso as desencorajava a expôr suas opiniões. A “garota bonita”, o ideal de beleza representado por Aguilhão, é discreta ao conversar, mostra interesse nas opiniões masculinas. Percebe-se que as noções de feminilidade e beleza estavam atreladas a um silenciamento, a mulher calada, dedicada a ouvir os homens.

Carla Pinsky inicia o texto “Mulheres dos Anos Dourados” apresentando um teste encontrado em uma revista feminina, chamado Teste de Bom-senso, em que o resultado incentivava as mulheres a relevar a infidelidade dos maridos, ignorando “uma aventura banal, como há tantas nas vidas dos homens” e investindo no cuidado pessoal para atraí-lo novamente (PINSKY, 2010, p. 607).

Carla Pinsky analisou a sociedade dos anos 1950, mas sua pesquisa auxiliou para a interpretação das fontes pois as concepções apresentadas por ela não foram formadas nos anos 1950, foram construídas através de um processo. Esses conselhos, eram comuns em uma sociedade que atribuía toda a responsabilidade da felicidade conjugal às mulheres e que compreendia que os homens e mulheres viam o sexo de formas diferentes. Conforme a historiadora, a mentalidade dominante poderia estar presente em sermões de um padre, nos conselhos de mãe para filha, nos romances e opiniões influentes, pois o casamento era visto como maior realização pessoal da vida das mulheres. Logo, ela precisava aceitar o que fosse preciso para mantê-lo (PINSKY, 2010, p. 608).

Na coluna **Garota Bonita** exposta acima, há o elemento ciúmes da mulher, em que o marido volta para casa “depois de uma noitada de festa” e ela não age como esses preceitos descritos anteriormente pela revista em que se deve aceitar a situação e tentar reconquistar o cônjuge. A construção da narrativa por Eugênio a culpou pelo ocorrido, tal como as fontes analisadas por Pinsky, pois primeiro ela foi representada como relapsa com suas funções como

esposa, depois o marido foi representado como com vontade de ver seus amigos, após ter terminado os serviços domésticos. E só então, ele saiu para a “noitada”. De todo o modo o conselho para as leitoras é para não repetir: “Digo-lhe isso para que você não faça como uma garota que eu conheci” (AGUILHÃO, 1946, n. 95, p. 2).

Luciana Klanovicz (2008, p. 29), cita Denise Bernuzzi de Sant'Anna (1995, p. 12), para pensar sobre o corpo. Como o corpo não pára de ser fabricado a todo o momento, ao estudar sobre o corpo é preciso “tornar questionáveis os gestos e as atitudes que ontem e hoje nos parecem familiares ou não. Pois o corpo é, ele próprio, um processo. Resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, ele pertence menos à natureza do que à história”.

Desta forma, pensar sobre os discursos sobre o corpo, bem como as marcas de gênero que os envolvem, compreende o esforço de buscar no passado a construção de uma identidade de gênero chapecoense. O corpo é construído e possui historicidade, portanto, ele estará sendo representado no jornal analisado, cabendo os devidos questionamentos acerca dos discursos e sobre sua representação. A coluna **Garota Bonita** apresentava um corpo feminino que precisava se autocontrolar para satisfazer as expectativas masculinas.

Conforme Núcia de Oliveira (2001, p. 11), corpo e beleza são assuntos frequentes em jornais. A autora percebeu uma mudança de discurso em relação à beleza na imprensa brasileira, a partir dos anos 1960 a beleza foi representada como algo possível a todas as mulheres, através do cuidado com o corpo, da prática de atividades físicas, regimes e da compra de cosméticos. Anteriormente, até a década de 1950, a beleza era vista como um dom, um presente divino, o qual deveria apenas ser conservado, “os discursos sobre a beleza se alternavam sobre duas perspectivas: colocando-a ora como uma questão de saúde, ora descrevendo-a como um dom divino” (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

Núcia percebeu também que as representações sobre a beleza nas primeiras décadas do século XX envolviam uma moral bastante rígida, essa moral era representada nos discursos dos jornais em que homens discursavam sobre a beleza feminina, compondo esses discursos a insistência para que as mulheres não se deixassem levar por caprichos pessoais, agindo com discrição e cuidado, pois os ideais de beleza circundavam o que tange conservar os encantos naturais femininos (OLIVEIRA, 2001, p. 30).

Conforme Silva, Almeida e Gomes (2015, p. 36), a ideia de feminilidade encontra-se conectada com o ideal de beleza, visto que, quanto mais bonita nos padrões estabelecidos, mais feminina a mulher é considerada. A figura de masculinidade, entretanto, não se mede em função da beleza, mas de outros atributos, como a razão e capacidade de decisão. Essas definições de

beleza feminina são construções modernas, pois, na modernidade a estética feminina passa a enobrecer a mulher, ao mesmo tempo que o comportamento para tornarem-se belas também passam a ser prescritos (SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2015, p. 36).

Conforme as pesquisas de Nucia de Oliveira (2001, p. 66), em relação aos padrões de beleza do início do século XX, as colunas jornalísticas se dedicavam constantemente às receitas de emagrecimento, tornando-se prescrições de beleza frequentes, enfatizando a mudança de hábitos. Eugênio Aguilhão responde à carta de uma leitora em 7 de julho de 1946:

Você não deve se preocupar demasiadamente com a sua gordura. E sinceramente, se seu namorado acha nisso um motivo para não lhe querer bem, esqueça-o, retire-o completamente do coração porque ele não merece o seu amor. Outro há de lhe querer verdadeiramente, como é e não dará importância a essa pequenina coisa de que você não tem culpa alguma. Mas se você quer o meu conselho, não faça como essas cabecinhas de vento que privam-se da alimentação tão necessária à vida, por meio de regimes irracionais e de cintas incômodas. Procure um médico que ele lhe aconselhará uma alimentação sadia e suficiente, evitando aquele que colabora para o aumento da sua gordura. Além disso, faça exercícios físicos regulares e sérios; não espere resultados dentro de uma semana. Arme-se de coragem e perseverança e você verá que a recompensa valerá a pena (AGUILHÃO, 1946, n. 92, p. 2).

A preocupação da leitora M. L. parecia ser referente ao corpo gordo e, por não encontrar-se no padrão de beleza que prescrevia a magreza, incomodava-se referente a seu namorado. A insegurança proporcionada pela meta eterna de atingir corpos inalcançáveis, ditados pelos padrões de beleza femininos, expressa-se na carta.

Eugênio primeiro promove um discurso de que a gordura não é culpa da leitora, a qual deve esquecer o namorado caso veja nisso um problema. Entretanto, depois ele incentiva à alimentação saudável e práticas de exercícios. Tal como Núcia de Oliveira (2001) menciona como percepção sobre a beleza, aqui ela não é vista como um dom, atributo divino, mas sim um processo longo que pode-se conquistar, um hábito.

Ao estudar os discursos sobre a beleza na imprensa, é importante destacar que há relações de poder presentes na construção dos jornais analisados. Entretanto, não se pode pensar em uma imposição de ideais de mulher e de beleza, pois os textos da imprensa estavam em diálogo com a sociedade e mais do que isso, foram dadas respostas diferentes às matérias (OLIVEIRA, 2001, p. 37).

Entende-se que a imprensa não tinha todo o poder para criar um padrão de beleza e desconstruí-lo depois. Neste sentido, também faz-se necessário explicitar o conceito descrito por Soraia Carolina de Mello (2019, p. 15), em que publicidade, apesar de criar desejos baseados em um universo fantasioso e mais distante do real, não se distancia tanto do mundo do público-alvo que deseja atingir. Dessa forma, as propagandas presentes nas fontes

jornalísticas analisadas inserem-se nessa questão, de vender imagens de mulheres idealizadas, porém, buscando atingir o público feminino, ou seja, em interação com os padrões de cada período.

Conforme Oliveira (2001, p. 28), nas primeiras décadas do século XX, os cosméticos não eram recomendados à mulheres de *boa família*, já que eram usados por mulheres *levianas*.

Conforme escrito por Aguilhão:

Amor... Romance...

Tudo isso você encontrará Garota Bonita, e toda a felicidade que a vida lhe reserva.

Mas, para tanto, depende que você seja atrativa e inteligentemente sedutora.

O homem sempre sentiu e sempre há de sentir a influência dos encantos de uma Garota Bonita.

Assim, por exemplo, a elegância do penteado, o decote e o estilo do vestido, a originalidade dos adornos, a perfeição da “maquilage”, a descrição dos perfumes etc, não fogem à observação dos filhos de Adão.

Mas o erro será pensar que a simples possessão de uma certa quantidade de recursos dessa natureza, lhe possa garantir o máximo da beleza e da elegancia.

[...]

Com esses recursos, umas constroem a sua beleza, outras porém, a destroem.

Pois o segredo da beleza, ainda que se pareça paradoxo, não consiste tão somente na maior ou menor quantidade de segredos de toucador.

A beleza é um processo de melhoramento e nunca de substituição, como pensa muita garota.

[...] Por isso é que existe o ditado de que, dos demais, somente dois usam a pintura.

O palhaço e a mulher.

O palhaço para fazer rir e a mulher... para fazer palhaçada.

(AGUILHÃO, 1946, n. 102, p. 2).

Novamente a beleza aparece como processo, ou seja, não mais a ideia de algo nato, mas algo que com o tempo pode-se ir melhorando, entretanto, os caminhos a percorrer nunca levarão a um destino, pois os padrões sempre são inalcançáveis. A coluna, por exemplo, indica o uso de maquiagem, mas faz uma ressalva para o exagero, afinal ela é ornamento das *moças levianas*, utilizada para fazer “palhaçada”. Destaca-se que a beleza é representada como requisito para encontrar e viver o amor, um romance tal como idealizado nas páginas dos livros e dos produtos culturais, a beleza feminina é representada como moeda de troca para a atenção masculina.

4.2 O AMOR E O CONTROLE DOS CORPOS

Ao mesmo tempo em que passou a se valorizar a domesticidade feminina, a partir da ascensão da sociedade burguesa no século XIX, ocorreu uma mudança na forma em que os sentimentos eram vivenciados socialmente, as experiências entre os corpos passaram a ser mais afastadas, e eles mediados por um conjunto de regras prescritas pelo amor romântico.

Conforme D’Incao (2010, p. 231) ao longo do século XIX, as mulheres de elite, com tempo livre, passaram cada vez mais a ser conquistadas pela literatura romântica e ascendeu uma forma de sentir que levava em conta sujeitos idealizados. As percepções sobre o amor romântico possuem relação direta com os estudos de gênero, pois o amor romântico foi construído socialmente e alimenta-se da submissão feminina.

Ao perceber os relatos de viajantes, D’Incao deparou-se com as narrativas entre as quais, ao longo do século XIX, as mulheres foram percebidas por esses homens como em constante vigilância da família, vistas trancadas em suas casas, principalmente quando estavam prestes a casar-se, pois os casamentos ainda eram arranjados e não eram percebidos como vínculos amorosos, mas muitas vezes alianças entre famílias.

A autora verificou relatos de fugas para contato físico entre amantes, tão mal vistos pela sociedade. Essas fugas faziam com que os familiares repreendessem os corpos. Com a ascensão do amor romântico, passou-se a viver um amor idealizado, ou seja, houve um autocontrole dos corpos, principalmente femininos. Agora elas precisavam se portar adequadamente para satisfazer os ideais masculinos, para encontrar o par ideal (D’INCAO, 2010, p. 235-236). No século XX, os casamentos não eram mais arranjados, com as novas formas de sentir, havia a necessidade de afeto ao casar-se. Logo, o amor romântico proporcionou as vivências amorosas em um mundo ideal, em que as mulheres eram educadas para vigiar a si mesmas, para controlar o próprio corpo em relação ao desejo.

Será preciso falar para dizer de uma mágoa, de uma esperança, ou de uma suspeita?
Será preciso falar para declarar um amor que nasce ou que morre?
Não Garota Bonita. Para isso basta-nos o olhar. O amor, a alegria, a saudade, a reprovação e o ódio, dispensam expressar-se por palavras, porque, os grandes momentos da alma humana são mudos, porém, nenhum deles deixa de refletir no olhar, ainda que seja com esse brilho interior, ofuscado, através da noite eterna de olhos que não vêm (AGUILHÃO, 1946, n. 104, p. 2).

É possível perceber no trecho de **Garota Bonita**, que para declarar um amor é privilegiado o olhar, não as palavras, ficou-se no campo ideal e os corpos seguem preceitos rígidos para satisfazer esses ideais.

De acordo com Pinsky (2010, p. 618), o romantismo e a sensibilidade eram características tidas como especialmente femininas, sendo que as literaturas, consumidas pelas mulheres, estavam dispostas a alimentar essas características. O amor romântico era apaixonado nas ideias, mas domesticava os corpos. Não se violava a moral, se distanciava fisicamente. Às mulheres, restava caber nos ideais da musa, só assim para ser amada.

A segunda página do periódico, além da coluna **Garota Bonita**, contava frequentemente com poesias. Péricles Busnardo era um poeta frequente, os trechos de sua poesia *Em Busca do Destino* demonstram a exaltação desse amor romântico que não se concretiza:

A minha vida tinha a tranquilidade das águas paradas,
 [...]

 Mas um dia você apareceu
 Surgida do fundo das águas claras,
 Com o seu rosto lindo,
 Os seus cabelos cor do Sol,
 E os seus olhos azuis da cor do mar.
 As águas no fascismo da sua imagem,
 Ergueram-se, impetuosamente e cresceram
 No sonho desvairado de possuir-te
 Inteiramente
 (BUSNARDO, 1946, n. 103, p. 2)

Os ideais de amor romântico estão atrelados às representações de beleza feminina, pois além da domesticação dos corpos, a nova forma de se portar, os escritos são destinados à musas não nomeadas, à esse amor impossível. Essas mulheres costumam ser descritas fisicamente, como no caso do poema de Busnardo, em que a mulher possui cabelos loiros e olhos azuis. Os poemas também contribuíram para formar ideais de beleza, para projetar a aparência da mulher que era amada, em uma sociedade que estava falando tanto sobre o amor, principalmente às mulheres.

Além disso, entre as prescrições de beleza e feminilidade estava a virgindade. Burnardo exaltou essa característica em um poema sobre a morte: “Partiste para o reino sideral, / Revestida de graça virginal, / Que, invejoso, furtou cruel destino” (BUSNARDO, 1946, n. 109, p. 2). Além de detentora da virgindade, elemento importante para ser considerada “moça de família”, a mulher descrita pelo poeta encontra-se no campo idealizado, uma musa intocada e intocável, a qual morreu virgem como graciosa, detentora de pureza. Enquanto as mulheres que não possuíam relações sexuais com homens eram representadas como puras, o oposto remetia ao sujo.

Os amores, tal como na ficção literária, eram amores idealizados. As paixões violentas não poderiam ser vividas sem o uso da razão, afinal, não faltavam materiais, filmes e livros, como exemplos tristes de quem se rendeu às paixões: quantas narrativas nacionais, russas, inglesas, estadunidenses, dentre outras nacionalidades, são conhecidas por ironizar o seio da família burguesa, com suas traições, romances às escondidas e, por consequência, seus finais trágicos? autores como Liev Tolstói, Machado de Assis, Augusto dos Anjos, Emily Bronte...

essas mulheres pertencentes à elite, tinham acesso à literatura, e talvez seus corpos também tenham sido autocontrolados através delas.

4.3 VOZES DISSONANTES

Em 11 de agosto de 1946, a coluna estava para ser encerrada. O que seria a última publicação de Eugênio, foi o seguinte texto:

O assunto que encerra esta coluna fará cair sobre minha pobre cabeça uma chuva de insultos e maldições, mas que fazer, se a verdade precisa ser dita, e, acima de tudo, para abrir os olhos da Garota Bonita.

Depois do casamento, da lua de mel, quando constituído seu lar, surgirá para você uma série interminável de problemas, de mil e uma ordem e natureza, variando apenas na sua proporção. De todos porém, o que mais lhe ameaçava o sossego e a felicidade, é o problema das amigas ursas, das amigas bisbilhoteiras, que vivem metendo o nariz onde não são chamadas, que não cuidam das suas obrigações de mães esposas e donas de casa, porque tem todo o seu rico e precioso tempo ocupado nas cogitações da vida alheia, alvorando-se juízes gratuitas das causas que não lhe dizem respeito, fazendo mal as semelhantes, criando embaraços e infelicidades. [...] Não sou autoridade no assunto mas a experiência me ensinou que essas mulheres, que desvirtuam o belo sexo, se apresentam de todas as formas possíveis, mas no fundo, bem no âmago da alma, são todas iguais: de maus bofes, leva e traz, falsas, invejosas, egoistas, mesquinhas e perigosas.

Um só desejo lhes atormenta a alma: promover a infelicidade do próximo.

Para isso usam de todas as artimanhas imagináveis e penetram nos lares alheios, apoderam-se dos segredos e particularidade, e, esquecendo o velho axioma “ATIRE A PRIMEIRA PEDRA” (AGUILHÃO, 1946, n. 97, p. 2).

O texto acima não encerrou a coluna, entretanto, ela estava com seus dias contados. De todo modo, seu conteúdo remete à colocar as mulheres que opinam sobre o casamento ou relacionamento das outras como a maior ameaça para o sossego e felicidade do casal. Fica evidente, nas frases “alvorando-se juízes gratuitas das causas que não lhe dizem respeito” e “esquecendo o velho axioma ATIRE A PRIMEIRA PEDRA”, que trata-se de conversas femininas sobre o relacionamento conjugal, em que poderiam ser relatadas situações extremas, ou feitos desabafos, o que constitui em apoio mútuo. Destaca-se que ao buscar representar essas mulheres como figuras ruins, são mulheres “que não cuidam das suas obrigações de mães esposas e donas de casa”, ou seja, novamente a domesticidade, a maternidade, o casamento, estão juntos com um pacote que torna a mulher moralmente aceitável ou não.

De acordo com Pinsky (2010, p. 610), a imprensa representava as mulheres em duas figuras distintas, as “moças de família” e as “moças levianas”. As “de família” comportavam-se conforme os princípios do período, de forma que iriam conseguir um casamento modelo, casando-se virgens. Eram vistas como ingênuas, havia um medo de que se desviassem do bom caminho. As “levianas” possuíam comportamentos desviantes, por vezes se permitiam ter intimidades físicas com os homens, eram as “mal faladas”.

Essas mulheres tidas como invejosas e perigosas seriam as “mal faladas”, mas por quem? Eugênio insiste ao longo do texto: “Não lhes dê ouvidos, que elas com essa conversinha, irão se chegando, e quando penetrarem no seu lar, violarão tudo que encerra de sagrado, enfim, farão a sua infelicidade com a mesma alegria satânica com que fizeram a de outras Garotas Bonitas”. Novamente aparece a representação feminina propensa à maldade, “satânica”, aos moldes do “*Malleus Maleficarum*”. As Garotas Bonitas eram tidas como inocentes, precisavam ser protegidas, alertadas sobre o mal que as outras poderiam lhes causar.

Considerando que havia o incômodo causado por essas mulheres “que disvirtuam o belo sexo”, pode-se pensar em uma forma de resistência. A sociabilidade entre as mulheres, pode ter se constituído como uma forma de reflexão sobre o *status quo*, ou, ao menos serviu de alívio para as mulheres que estavam dias a fio presas ao ambiente doméstico e à dinâmica familiar. Vale mencionar as análises da importância das sociabilidades femininas em Perrot (1988) na França do século XIX, em que observou o lavadouro como um ponto de socialização femininas, nesse caso das mulheres mais pobres. Além de ser um espaço para lavar a roupa, elas conversavam, trocavam informações, receitas. Também exerciam a medicina popular, sendo as rivais dos médicos, porém transformando-se posteriormente em auxiliares deles. Essa observação de Perrot ajuda a perceber como as formas de sociabilidade são também formas de resistência.

A capa do jornal **A voz de Chapecó** de 1 de setembro, exibia quem seriam homenageados do desfile de 7 de setembro de 1946, sendo um dia todo desde às 9h às 18h de desfiles. Todos os homenageados eram homens (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 100, p. 1). Apesar dos privilégios masculinos ao longo da história, mulheres como Conceição Pereira, aluna do 5º ano do grupo escolar do município, foi a vencedora de um concurso e teve seu discurso em comemoração ao nascimento da Princesa Isabel publicado na capa do jornal, em 29 de julho de 1946 (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 98, p. 1).

Como percebeu-se, as mulheres não estavam engessadas nessas prescrições de beleza e feminilidade. Apesar de que havia expectativas sociais que pesavam sobre elas, é importante pensar que sempre houveram formas de resistência às submissões, como os movimentos sociais, ou formas de existir combativas que divergiam desse ideal. O próprio fato de existir uma coluna que preocupava-se em afirmar um modelo de mulher, de beleza feminina, e orientando o que as mulheres deveriam ou não fazer, corrobora com a ideia de que haviam mulheres que não se encaixavam nas representações analisadas.

Convém também pensar nas rupturas com esses padrões de gênero estabelecidos, como comenta a historiadora Joan Scott em sua proposta de definir gênero como categoria de análise

histórica: algumas vezes as afirmações normativas são abertamente contestadas, e os historiadores devem preocupar-se quando e em quais circunstâncias isso ocorre, visto que costuma-se escrever a história “como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito” (SCOTT, 1995, p. 87). Um exemplo é a emergência do pensamento conservador, o qual assola as noções de diversidade presentes no país na atualidade. Buscam retomar a “família tradicional”, como uma posição normativa em um passado de relações familiares perfeitas, livres do conflito. Esse passado nunca existiu.

De acordo com Perrot (1988), compreende-se que as mulheres jamais aceitaram por completo a submissão, resistindo de diversas formas. Os conflitos apontados ocorreram, ao ponto que duas publicações da **Garota Bonita** de outubro de 1946, foram destinadas a tentar desmoralizar a luta feminista presente na cidade:

Em dias desta semana, conversamos a respeito das Garotas Bonitas, tipo "ATÔMICA", que seguem a evolução do mundo atual, desse mesmo mundo que anda como os acrobatas, de pernas para o ar, e que, amparadas pela democracia, expressão moderna que quer dizer liberdade, andam por aí, proclamando a igualdade de direitos, e em consequência, invadindo escritórios, balcões, repartições públicas e toda a espécie de atividade humana, como cidadãs emancipadas, que são donas de seus narizes e que não dão importância à vigilância indiscreta e nem as más línguas das vizinhas.

Durante a conversação defendi os direitos dessas Garotas e a liberdade que a democracia lhe garante, porque respeito as leis que os homens, nossos legítimos representantes, elaboraram na atual Constituição. Contudo não estou de acordo com uma coisa:

Que elas invadam as searas e as cabeças dos homens, proclamando a igualdade de direitos, mas exigindo para si os direitos da mulher.

Para mim, a Garota Bonita tipo "ATÔMICA", que se mete a democrata faz o que bem entende, apoiada na igualdade de direitos, é até certo ponto um homem e como tal, sem o direito de reclamar para si o direito da mulher (AGUILHÃO, 1946, n. 106, p. 2)

Aguilhão escreveu que estavam a conversar sobre as mulheres as quais chamou de “atômicas”, ou seja, já se constituía como uma preocupação dos homens da cidade as mulheres que estavam ocupando os espaços tidos como masculinos. Eugênio representa uma parte da sociedade, dos homens, que incomodou-se com o trabalho feminino, há a sugestão de que a criação da coluna possa ter como motivação o surgimento de mulheres “atômicas” em Chapecó, pois a coluna empenhou-se em divulgar o retorno ao lar, ao ambiente privado.

O colunista afirma que as respeita, em função da constituição promulgada “por homens”. Ao que indica as influências da revolução francesa estava dando sinais na elite chapecoense, ao perceber esse argumento constitucionalista. Inclusive, havia menções a Rousseau e filósofos do movimento nas páginas do jornal.

Em relação à última frase de Eugênio, de que as mulheres não poderiam clamar para si os direitos das mulheres ao lutar por direitos iguais, o colunista discorre mais na outra coluna sobre o tema:

Prosseguindo no assunto da última edição deste jornal, onde eu dizia que a meu ver, a Garota Bonita, que se mete a preferir os lugares puramente masculinos, praticamente é um homem, e como tal, sem o direito de reclamar para si os direitos das mulheres, quero dizer, que as Garotas Bonitas "ATÔMICAS", em igualdade de condições tem que aceitar incondicionalmente todas as atribuições masculinas, independente de vantagens ou conveniências. E agora imagine-se você, Garota Bonita, valendo-se da superioridade natural e dos direitos que a sociedade confere ao homem, desempenhando todas as funções masculinas, agradáveis ou não. Imagine-se no lugar de um Garoto Bonito, pedindo em casamento uma Garota Bonita! (AGUILHÃO, 1946, n. 107, p. 2).

Nas visões do colunista, as mulheres possuíam privilégios na sociedade daquele período, ao não exercer as “funções masculinas”, recorrendo ao ideal de amor romântico em seus argumentos contra a igualdade de direitos, em que a mulher espera pelo par, espera o pedido de casamento. Conforme Eugênio, ao desejar exercer as funções tidas como masculinas, como o trabalho remunerado, as mulheres deveriam desempenhar todas as outras. Reitera-se o ideal de amor romântico como controlador dos corpos, as mulheres que passaram a se rebelar sabiam que poderiam ser preteridas. Ainda assim, Aguilhão as insere dentro do ideal de beleza, sob o qual os homens não conseguem conter-se:

[...] E nós os homens, os mais inteligentes dos racionais, vamos cedendo terreno com pena de vocês E vocês vão evoluindo, seguindo os passos vertiginosos do século atual, usando de tática Cleopátrica, onde o sorriso entra em ação e o balancear dos quadris turva a visão dos homens, míopes, desses que para enxergarem um pouco, penduram sobre o nariz, um finíssimo óculos, muito grosso de lentes.
E vocês, Garotas Bonitas, como esse bando de gafanhotos que ultimamente invadiu nosso país, vão entrando pelos escritórios, pelos balcões, pelas repartições públicas e por todos os ramos da atividade humana, sem encontrarem resistência por parte dos homens, que discutem os problemas do universo [...] (AGUILHÃO, 1946, n. 107, p. 2).

Eugênio alivia seu discurso em relação às mulheres que lutavam por direitos. Nessa publicação elas foram representadas como “Garotas Bonitas”, mas como uma forma de menosprezar as lutas femininas, pois ele reforça as prescrições normativas do período, as mulheres usam a beleza, os quadris e o sorriso para entrar no mercado de trabalho. Ainda está nesse trecho a ideia de que os homens são reféns das mulheres, eles tem “pena” e acabam não resistindo, ainda mais com as “táticas”. Ridiculariza as mulheres que estavam acessando o trabalho remunerado, principalmente ao alegar que para isso usam da beleza.

Os discursos sobre a beleza no jornal **A Voz de Chapecó** estavam vinculados às iniciativas em modernizar e urbanizar o município de Chapecó, Santa Catarina. Por isso, as

narrativas encontradas na coluna **Garota Bonita** refletem uma sociedade que não existia no momento. Como desenvolvido ao longo do segundo capítulo, o perímetro urbano estava começando a se desenvolver nos anos 1940, havia uma extensa cobertura vegetal em volta que dialogava com os modos de vida desses colonizadores. As reclamações expostas no jornal sobre a presença de galhos dificultando a entrada no comércio, os problemas com a empresa de energia, as mais diversas adversidades expostas no jornal estavam em discordância com o modo de vida que Eugênio Aguilhão tentava descrever como normal. As idas às cabeleireiras, as costureiras particulares, as narrativas sobre os bailes, encenavam um cenário que muito possivelmente não era o encontrado em um local que estava recebendo incentivos para colonização.

De todo o modo, compreende-se a importância dessas representações apresentadas, considerando o jornal como meio de comunicação de massa do período. Percebeu-se as ideias de beleza, feminilidade, domesticidade e amor romântico como ideais atrelados nos discursos. As prescrições para ser feminina passavam pelas prescrições normativas de beleza, as quais compreendiam uma mulher que sabia se portar, reclusa ao ambiente privado e doméstico, e atenta às suas obrigações. Os ideais de amor romântico compreendem todas as prescrições descritas e atravessam os discursos de Eugênio, pois, para encontrar o homem certo, a pessoa que supriria suas expectativas de felicidade, a mulher precisava se portar adequadamente, autocontrolar seu corpo, permanecer virgem, caber nos parâmetros descritos pelos poemas, filmes, livros e mídia, os quais descreviam a mulher que merecia ser amada.

As representações femininas na imprensa consistiram em prescrições de feminilidade, domesticidade e beleza. Entretanto, percebe-se que as mulheres estavam ocupando os cargos públicos, o que estava assustando Eugênio. Apesar do empenho da imprensa em criar essas representações de mulheres magras, as quais a maior realização seria o casamento, dos padrões de beleza que preconizavam a submissão, como manter-se calada em discussões, a relação entre mídia e sociedade é dinâmica, e encontrou oposição de um grupo de mulheres que resistia aos padrões de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se discutir as representações dos ideais de beleza e feminilidade na coluna **Garota Bonita**, escrita por Eugênio Aguilhão, do jornal **A Voz de Chapecó**, a qual foi publicada durante o ano de 1946, com o objetivo de apresentar os discursos que envolvem as prescrições de gênero, salientando que elas não são naturais às mulheres, mas foram construídas ao longo do tempo.

Percebeu-se que o ideal de progresso moderno recorrente em Chapecó, reflexo dos moldes europeus, relacionou-se com a representação feminina nos periódicos. Com o desenvolvimento do município, entrou em cenário a família nuclear burguesa e com ela, a distinção das classes entre as mulheres, em que a mulher burguesa deveria corresponder a determinados ideais, como os representados no periódico.

Ao perceber as representações, foi importante destacar o mandonismo e a violência presentes no município, pois o jornal partia do grupo que comandava as esferas de poder locais, todos homens e filiados ao mesmo partido, o PSD. Posterior ao período analisado, foram opositores a chapas trabalhistas e divulgavam incessantemente publicações contra o socialismo, contra à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e partidos de esquerda brasileiros. Eram homens que representavam interesses burgueses, e como tal, os discursos sobre as mulheres de Eugênio Aguilhão estão atrelados a esse interesse.

O município ao longo da década de 1940 contava com um crescimento econômico acelerado, o que favoreceu a criação de uma coluna destinada a aconselhar sobre o comportamento feminino. Compreende-se que era interesse dessa burguesia ascendente a modernização da cidade, havia um forte discurso que incentivava o progresso acima de tudo. Com as iniciativas de modernização, como o clube em que ocorriam os bailes aos moldes europeus, o Clube Recreativo Chapecoense, o CRC, era preciso que as mulheres burguesas se distinguíssem cada vez mais das outras mulheres residentes do município. Nos resultados dos concursos de beleza divulgados no periódico constava-se que quanto mais reconhecido o sobrenome, maior a pontuação das mulheres. Essas prescrições estavam atreladas ao momento político, econômico e social que o município passava.

Ao perceber gênero como o que dá significado às relações de poder, conforme Joan Scott (1990), pode-se concluir que o progresso econômico em Chapecó e as relações sociais que vinham sendo travadas a partir do advento da propriedade privada com a colonização, foram representando e elaborando prescrições de gênero em relação a esse contexto.

As concepções de beleza nos anos 1946, percebidas como construções sociais, consistiam em mulheres que não apenas satisfaziam os padrões de beleza, mas que desempenhavam o trabalho doméstico e encaixam-se nas idealizações das novas formas de sentir. A ascensão do amor romântico esteve atrelada ao autocontrole dos corpos e as vivências da sexualidade idealizadas, a mulher mesma passou a precisar “se dar o valor”.

Essa mulher representada deveria praticar exercícios para não engordar, cuidar com o uso de cosméticos para não comprometer sua beleza natural, era bonita se soubesse escutar as opiniões dos homens mantendo-se calada e precisava cuidar de seu marido quando conseguisse realizar seu maior sonho, o casamento. Esse cuidado envolvia desde a alimentação saudável para que ele não adoecesse, o trabalho doméstico, até o cuidado com os animais domésticos. Para ser amada e realizar o sonho do casamento, precisava corresponder a esses ideais expostos por Eugênio, portando-se como uma “moça de família”, mantendo-se virgem e controlando suas paixões.

Aguilhão (1946), procurou diferenciar as mulheres entre boas e ruins, alertando o perigo das amigas que opinam muito sobre o casamento das outras e com suas críticas às mulheres chamadas “atômicas”, as que possuíam comportamentos considerados desviantes. O incômodo em relação às mulheres que envolvem-se com os problemas matrimoniais das outras ocorria pois nessas situações era possível haver reclamações, conselhos, apoios. A revolta de Eugênio em relação a esse apoio, alegando que essas mulheres esqueciam o ditado que quem nunca errou “ATIRE A PRIMEIRA PEDRA” (AGUILHÃO, 1946, n. 97, p. 2), corrobora com a interpretação de que as mulheres as quais incomodavam Eugênio estavam ajudando umas às outras em situações em que os maridos teriam cometido erros, em que os casamentos não estavam as satisfazendo. A coluna **Garota Bonita** em diversos momentos expôs que não havia uma sociedade harmônica que aceitava passivamente as prescrições de feminilidade normativas, os conselhos de como não se comportar refletem uma sociedade que possuía vozes dissonantes.

A coluna surgiu no pós-2ª Guerra Mundial e pós-Estado Novo, momento em que haviam debates feministas ao redor do mundo, e como visto, esses debates estavam presentes em Chapecó. As mulheres estavam conquistando novos espaços, não estavam inertes aceitando os papéis designados na sociedade. Inclusive, este trabalho buscou mostrar que a coluna respondeu em alguns momentos aos avanços rumo aos direitos das mulheres, afinal, não haveria motivos

para prescrever comportamentos se a realidade fosse toda de coerção social.

Como desenvolvido na introdução da presente monografia, apesar dos esforços das mulheres e das lutas feministas, dados mostram permanências em naturalizações de funções às mulheres, como os cuidados com a casa e com os filhos, por esse motivo são importantes pesquisas que procuram dar sua contribuição para apresentar que as características que compreendem a feminilidade hoje não são naturais, mas possuem historicidade e seu alteram ao longo do tempo.

Em relação a beleza, a carta que Eugênio respondeu de M. L (AGUILHÃO, 1946, n. 92, p. 2), em que a leitora relatava descontentamento com seu corpo e preocupação se o namorado continuaria a amá-la após ter engordado, infelizmente não é uma realidade tão distante do cotidiano feminino, a insatisfação estética e as preocupações por alcançar um corpo ideal persistem. Na atualidade há iniciativas dos movimentos feministas, individuais e até publicitárias que buscam discutir os padrões de beleza e promover a aceitação corporal. Ainda assim, pesquisas como a divulgada por Poltronieri, Tusset, Gregoletto e Cremonese (2016), em que 187 mulheres entre 18 e 59 anos responderam a um questionário, sugerem alta taxa de insatisfação com a imagem corporal entre as mulheres, independente da faixa etária e do local de moradia.

Os ideais de beleza e feminilidade na atualidade não correspondem aos expostos ao longo dessa pesquisa. Hoje a beleza encontra-se conectada ao exposto por Nucia de Oliveira (2001), algo que se pode construir com o consumo, de intervenções cirúrgicas, procedimentos estéticos, cosméticos e os mais variados produtos. Em 1946 consistia em algo que não poderia mudar, exceto pela prática de exercícios físicos para ficar com o corpo magro. De todo modo, essas prescrições de beleza sempre foram excessivamente direcionadas ao público feminino, fazendo parte do que se entende como ser feminina em cada época.

Perceber essas permanências faz com que seja reiterada a importância deste trabalho, em que buscou-se, reconhecendo todas as limitações, publicar uma pesquisa que problematiza e aponta a historicidade das características entendidas como femininas, a beleza e o autocontrole prescrito no amor romântico. Com isso, aqui há uma pequena contribuição para a desnaturalização de discursos que oprimem as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ARNO, Fernanda. **Violência e Masculinidade em Chapecó – SC (1958 – 1974)**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Uso comum e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**. Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 45-64, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, , p, 229-250, 1997.
- CASACA, Sara Falcão. Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho. **Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS**, Lisboa, nº 4, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. **American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950**. 2017. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, Contexto, p. 111-153, 2010.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 3. ed. Chapecó: Argos, 2013.
- HIRATA, Helena. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.61-73, jun. 2014.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, on-line, São Paulo, n. 132, set-dezembro, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 nov 2020.

JENSEN, Silvína; ÁGUILA, Gabriela. Dossier La historia reciente más allá de lo nacional: Cono Sur y Península Ibérica. **Clepsidra**. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria. Universidad de la Laguna, vol 4, n. 7, p. 6-13, mar. 2017.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. Erotismo na cultura dos anos 1980: Censura e Televisão na Revista Veja. 2008. 303p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2014

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LINDENMEYER, Pedro Marcon. Colonização e devastação no planalto oeste catarinense. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, UFSC, v.1, n.2, 2009.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. 1 ed. Porto Alegre: Letra e Vida, v. 1, p. 92-108, 2015.

MACEDO, Márcio de. **AO CORRER DA PENA**: história e representação dos Kaingang no Jornal A Voz de Chapecó (1939 – 1953). 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Soraia Carolina de. Feminismo vende? Apropriações de discursos democráticos pela publicidade em Claudia (1970-1989). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p.1-19, jun. 2019.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

NODARI, Eunice Sueli. “**Mata Branca**”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). História Ambiental e Migrações. São Leopoldo: Oikos, p. 35-53, 2012.

NOVELINO, Aída Maria Brandão. **Feminilidade Contemporânea**. In: II Seminário de Psicologia da UFPE, 1998, Recife, 1998.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **As páginas da beleza**: as representações sobre a

beleza feminina na imprensa (1960-1980). Florianópolis: UFSC, 2001.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **Saeculum**, João Pessoa, UFPB, n. 14, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary del (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, vol. 24, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres. In: PINSKY, Jaime. **O BRASIL NO CONTEXTO: 1987-2017**. São Paulo: Contexto, p. 111-122, 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1988.

PERTILE, Noeli. **FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGROINDUSTRIAL EM SANTA CATARINA: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CARNES NO OESTE CATARINENSE**. Florianópolis, UFSC, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

POLTRONIERI, Tairara Scopel; TUSSET, Cintia; GREGOLETTO, Maria Luísa de Oliveira; CREMONESE, Cleber. Insatisfação com a imagem corporal e fatores associados em mulheres do sul do Brasil. **Ciência & Saúde**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 128-134, 24 nov. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-652x.2016.3.21770>.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTOS, Silvane; MARCON, Cleberson. **Revistas e jornais de 1940 a 1970 são disponibilizados pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)**. 2007. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/acervo-midiatico-no-ceom-30-anos-de-historia>. Acesso em: 23 maio 2007.

SALINI, Ademir Miguel; ONGHERO, André Luiz. Extração e comércio da madeira no Oeste de Santa Catarina - Brasil. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**, v. 1 n. 2, p. 103-108, 2015.

SCOTT, Ana. Família. In: PINSKY, Jaime. **O BRASIL NO CONTEXTO: 1987-2017**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 111-122.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 20 (2): 71-99, jul/dez, 1995.

SCOTT, Joan. Os Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez, 2012.

SOARES, Claudete Gomes; ANDREOLA, Neuri José. Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no Oeste Catarinense. **Temáticas**, Campinas, v. 25, n. 49/50, p.85-114, fev/dez, 2017.

VOJNIAK, Fernando. **Iluminar a inteligência e educar a afetividade: uma história do gênero masculino no oeste catarinense (1950-1970)**. 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FONTES:

BRASIL, Bolsonaro. **Jair Bolsonaro no Superpop 15/02/2016 - (Completo)**. 2016. (1h02m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=1325&v=AGd2h464Hvo>. Acesso em: 01/11/2019.

FONTOURA, Natália et al. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>. Acesso em: 15/11/2020.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras (Malleus Maleficarum)**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Cid Loures Ribas**. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/189-Cid_Loures_Ribas>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

ZIMMERMANN, Bruno Zimmermann. **Entrevista concedida a Andressa Krieser Bauermann**. Pinhalzinho, 2017.

A Voz de Chapecó:

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 91. 29 jun.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 92. 07 jul.1946.

CAMPOS, Antônio Selistre. X ou Ch. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 92. 07 jul. 1946.

ECKERT, José Edgar. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 92. 07 jul.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 93. 21 jul.1946.

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano VII, n. 93. 21 jul.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 95. 28 jul.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 98. 04 ago.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 98. 11 ago.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 98. 18 ago.1946.

PARANÁ. A. Um por Semana. **A voz de Chapecó**, ano VII, n 98. 18 ago. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 99. 25 ago.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 100. 01 set. 1946.

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano VII, n. 100. 01 set. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 101. 08 set. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 102. 15 set. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 103. 22 set. 1946.

BUSNARDO, Péricles. Em Busca do Destino. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 103. 22 set. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 104. 29 set. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 105. 06 out. 1946.

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano VII, n. 105. 06 out. 1946

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 106. 13 out. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 107. 20 out. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 108. 27 out. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 109. 03 nov. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 110. 10 nov. 1946.